

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	34
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	107

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	109
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	110
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	111

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	453.224
Preferenciais	0
Total	453.224
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	22.204.056	21.448.777
1.01	Ativo Circulante	4.425.600	4.766.656
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	188.637	316.498
1.01.02	Aplicações Financeiras	144	137
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	144	137
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	144	137
1.01.03	Contas a Receber	3.050.546	3.086.282
1.01.03.01	Clientes	2.584.555	2.568.894
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4.537.322	4.501.248
1.01.03.01.02	Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-1.952.767	-1.932.354
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	465.991	517.388
1.01.03.02.01	Ativos financeiros setoriais	465.991	517.388
1.01.06	Tributos a Recuperar	749.658	951.564
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	749.658	951.564
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuições sociais compensáveis	181.117	143.223
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	568.541	808.341
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	436.615	412.175
1.01.08.03	Outros	436.615	412.175
1.01.08.03.01	Serviço em curso	87.028	52.525
1.01.08.03.02	Outros Créditos	209.306	206.813
1.01.08.03.04	Créditos a receber - subvenção e outros	140.281	152.837
1.02	Ativo Não Circulante	17.778.456	16.682.121
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.743.269	14.540.214
1.02.01.04	Contas a Receber	140.076	182.014
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	140.076	182.014
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.194.005	1.176.377
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	1.194.005	1.176.377
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.409.188	13.181.823
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	2.131.631	2.081.184
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados a litígios	336.847	325.001
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	10.655.524	9.727.199
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos - swap	2.662	0
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	157.806	2.796
1.02.01.10.09	Ativos contratuais	1.124.718	1.045.643
1.02.03	Imobilizado	334.486	359.866
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	334.486	359.866
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	92.826	84.665
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	125.192	158.904
1.02.03.01.03	Imobilizado em andamento	116.468	116.297
1.02.04	Intangível	1.700.701	1.782.041
1.02.04.01	Intangíveis	1.700.701	1.782.041
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.398.869	1.440.741
1.02.04.01.02	Softwares	300.925	340.367
1.02.04.01.03	Bens de renda	907	933

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	22.204.056	21.448.777
2.01	Passivo Circulante	6.943.137	7.004.132
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	92.182	88.607
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	92.182	88.607
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	92.182	88.607
2.01.02	Fornecedores	1.725.983	2.156.541
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.725.983	2.156.541
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.375.722	1.839.892
2.01.02.01.03	Partes Relacionadas	350.261	316.649
2.01.03	Obrigações Fiscais	161.966	161.442
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	41.500	55.782
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	41.500	55.782
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	102.421	89.177
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	18.045	16.483
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.472.405	3.429.224
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.472.405	3.429.224
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.305.696	3.251.636
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	166.709	177.588
2.01.05	Outras Obrigações	1.490.601	1.168.318
2.01.05.02	Outros	1.490.601	1.168.318
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos -swap	40.115	3.664
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	236.643	236.643
2.01.05.02.07	Consumidores - desconto CDE	437.709	94.306
2.01.05.02.08	Geração Distribuída	68.931	106.412
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	316.587	224.387
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	68.261	70.252
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	59.592	68.197
2.01.05.02.13	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	262.763	364.457
2.02	Passivo Não Circulante	5.314.913	4.560.547
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.722.963	939.641
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.722.963	939.641
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	857.510	939.641
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	865.453	0
2.02.02	Outras Obrigações	2.718.715	2.774.962
2.02.02.02	Outros	2.718.715	2.774.962
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	324.244	346.046
2.02.02.02.06	Outras obrigações	104	63
2.02.02.02.07	Instrumentos financeiros derivativos -swap	434	0
2.02.02.02.08	Encargos setoriais	143.292	119.753
2.02.02.02.09	Obrigações por arrendamentos	80.286	103.981
2.02.02.02.10	Outras obrigações fiscais	8.211	10.629
2.02.02.02.11	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.162.144	2.194.490
2.02.04	Provisões	873.235	845.944
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	873.235	845.944
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10.191	9.949

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	345.152	355.135
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	517.892	480.860
2.03	Patrimônio Líquido	9.946.006	9.884.098
2.03.01	Capital Social Realizado	8.553.230	8.553.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.308	2.308
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	20.946	20.946
2.03.04	Reservas de Lucros	1.307.614	1.307.614
2.03.04.01	Reserva Legal	176.028	176.028
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.131.586	1.131.586
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	48.309	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	13.599	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.516.588	5.184.085	2.259.337	4.567.053
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.104.443	-4.269.156	-2.001.532	-3.866.299
3.03	Resultado Bruto	412.145	914.929	257.805	700.754
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-184.655	-356.282	-175.752	-343.447
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.182	-173.158	-73.135	-153.923
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-137.836	-245.945	-108.268	-219.202
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	33.363	62.821	5.651	29.678
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	227.490	558.647	82.053	357.307
3.06	Resultado Financeiro	-345.018	-534.972	-206.890	-438.752
3.06.01	Receitas Financeiras	55.888	223.574	34.970	230.919
3.06.02	Despesas Financeiras	-400.906	-758.546	-241.860	-669.671
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-117.528	23.675	-124.837	-81.445
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	56.202	24.634	57.471	63.884
3.08.01	Corrente	0	0	6.009	0
3.08.02	Diferido	56.202	24.634	51.462	63.884
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-61.326	48.309	-67.366	-17.561
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-61.326	48.309	-67.366	-17.561
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	-0,1773	-0,0462

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-61.326	48.309	-67.366	-17.561
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.599	13.599	-9.854	-9.854
4.02.01	Ganho/perda atuarial em benefícios pós emprego	20.604	20.604	-17.741	-17.741
4.02.02	Tributos diferidos sobre Ganho/perda atuarial em fundo de pensão	-7.005	-7.005	6.032	6.032
4.02.03	Ganho/perda em instrumentos financeiros	0	0	2.811	2.811
4.02.04	Tributos diferidos sobre Ganho/perda em instrumento financeiro derivativos	0	0	-956	-956
4.03	Resultado Abrangente do Período	-47.727	61.908	-77.220	-27.415

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-181.406	652.337
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	655.659	885.942
6.01.01.01	Lucro do período	48.309	-17.561
6.01.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	2.389	92.068
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	364.299	476.296
6.01.01.04	Provisões e atualizações monetárias para risco tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórias	84.616	92.384
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	419.850	419.828
6.01.01.06	Marcação a mercado de ativo indenizável	-330.492	-255.084
6.01.01.07	Valor Residual do ativo Imobilizado e ativo Intangível baixado	938	2.260
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-24.634	-63.884
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	21.131	8.081
6.01.01.10	Marcação a mercado da dívida	7.349	-596
6.01.01.11	Ativos e passivos financeiros setoriais	-181.142	-33.901
6.01.01.12	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	29.077	29.848
6.01.01.13	Instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado	5.146	524
6.01.01.14	Variações cambiais da dívida	-7.996	-25.030
6.01.01.15	Perda de recebíveis de clientes	243.555	130.353
6.01.01.16	Baixa ativo financeiro	0	21.587
6.01.01.17	Geração distribuída	-37.481	8.769
6.01.01.18	Baixa de ativo imobilizado	1.013	0
6.01.01.19	Custo de transação	9.732	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-193.953	-10.071
6.01.02.01	Consumidores e outras contas a receber	-219.667	-129.634
6.01.02.02	Ativos financeiros setoriais	-103.613	0
6.01.02.03	Taxas regulamentares	21.548	18.841
6.01.02.04	Tributos a Compensar	-37.894	-45.794
6.01.02.06	Passivos financeiros setoriais	181.142	123.430
6.01.02.07	Depositos Vinculados	-11.846	-12.144
6.01.02.08	Outros Créditos	-63.756	-18.910
6.01.02.09	Fornecedores	-430.558	75.381
6.01.02.10	Folha de Pagamento	3.575	647
6.01.02.11	Outras Obrigações Fiscais	-1.894	-13.579
6.01.02.12	Serviços em Curso	-34.503	-965
6.01.02.13	Subvenção CDE	12.556	-31.355
6.01.02.16	Outros Passivos	92.241	30.691
6.01.02.17	Outros tributos compensáveis	189.353	71.690
6.01.02.18	Consumidores - desconto CDE	343.403	0
6.01.02.19	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-134.040	-78.370
6.01.03	Outros	-643.112	-223.534
6.01.03.01	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-22.329	-26.947
6.01.03.03	Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	-481.358	-19.679

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01.03.04	Recebimento (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	0	-35.464
6.01.03.05	Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	-125.455	-128.285
6.01.03.06	Pagamento de juros de arrendamento	-13.970	-13.159
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-871.680	-737.543
6.02.01	Titulos e valores mobiliários	-7	-6
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-871.673	-737.537
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	925.225	-143.045
6.03.02	Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	0	54.401
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos.	3.830.196	468.516
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos.	-2.849.341	-636.505
6.03.05	Custo de debêntures e notas comerciais (custos de transação e prêmios)	-20.115	0
6.03.10	Pagamento de arrendamentos financeiros	-35.515	-29.457
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-127.861	-228.251
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	316.498	421.090
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	188.637	192.839

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	8.553.230	23.254	1.307.614	0	0	9.884.098
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	8.553.230	23.254	1.307.614	0	0	9.884.098
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	48.309	13.599	61.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.309	0	48.309
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	13.599	13.599
5.05.02.06	Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	0	0	0	0	20.604	20.604
5.05.02.07	Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	0	0	0	0	-7.005	-7.005
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	8.553.230	23.254	1.307.614	48.309	13.599	9.946.006

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.950.458	23.254	1.470.233	0	-1.855	8.442.090
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.950.458	23.254	1.470.233	0	-1.855	8.442.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.561	-9.854	-27.415
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.561	0	-17.561
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.854	-9.854
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.950.458	23.254	1.470.233	-17.561	-11.709	8.414.675

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	7.694.988	6.679.484
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.716.030	6.008.738
7.01.02	Outras Receitas	62.821	29.678
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	918.527	729.917
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.390	-88.849
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.318.223	-3.726.990
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.990.963	-3.458.775
7.02.04	Outros	-327.260	-268.215
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-327.260	-268.215
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.376.765	2.952.494
7.04	Retenções	-364.299	-476.296
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-364.299	-476.296
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.012.466	2.476.198
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	244.237	230.919
7.06.02	Receitas Financeiras	244.237	230.919
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.256.703	2.707.117
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.256.703	2.707.117
7.08.01	Pessoal	227.865	168.304
7.08.01.01	Remuneração Direta	149.178	106.631
7.08.01.02	Benefícios	43.865	29.932
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.441	7.008
7.08.01.04	Outros	25.381	24.733
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	10.039	7.852
7.08.01.04.02	Previdência Privada	5.968	5.303
7.08.01.04.03	Participação nos resultados	9.374	11.578
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.200.975	1.899.711
7.08.02.01	Federais	851.312	652.185
7.08.02.02	Estaduais	1.347.103	1.243.970
7.08.02.03	Municipais	2.560	3.556
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	779.554	656.663
7.08.03.01	Juros	779.933	669.661
7.08.03.02	Aluguéis	-379	-12.998
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	48.309	-17.561
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	48.309	-17.561

Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2026 – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do segundo trimestre (“2T26”) e do primeiro semestre (“6M26”) de 2026. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

- + 21,8% e +28,4% na Margem Bruta no 2T e 6M 2026 vs. ano anterior
- + 21,3% e +10,8% no EBITDA no 2T e 6M 2026 vs. ano anterior
- Investimentos totalizaram R\$ 439,6 milhões no 2T26 e R\$ 879,1 milhões no 6M26 (+29,0% e +34,3% vs ano anterior)
- + 1,50 p.p em Arrecadação em Jun/2026 versus Jun/2025 (LTM), atingindo 97,41%
- Incremento de +30,4% nos colaboradores próprios e de +9,1% nos colaboradores terceirizados, com um total de +1.560 pessoas, retificando o compromisso assumido pela empresa de melhoria contínua da qualidade do serviço e resiliência da rede.

DESTAQUES DO PERÍODO

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Receita Líquida (R\$ mil)	2.516.588	2.259.337	11,4%	5.184.085	4.567.053	13,5%
Margem Bruta (R\$ mil)	820.562	673.498	21,8%	1.750.758	1.363.903	28,4%
Custos e despesas gerenciáveis (R\$ mil)	(1.085.419)	(1.051.529)	3,2%	(2.110.638)	(1.970.009)	7,1%
EBITDA (1) (R\$ mil)	398.589	328.573	21,3%	900.396	812.871	10,8%
Margem EBITDA (%)	15,84%	14,54%	1,30 p.p	17,37%	17,80%	-43,0%
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(345.018)	(206.890)	66,8%	(534.972)	(438.752)	21,9%
Lucro Líquido (R\$ mil)	(61.326)	(67.366)	-9,0%	48.309	(17.560)	<-100,0%
Margem Líquida (%)	-2,44%	-2,98%	0,54 p.p	0,93%	-0,38%	1,31 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	2.956	2.916	1,4%	6.119	6.191	-1,2%
CAPEX (R\$ mil)	439.635	340.685	29,0%	879.094	654.777	34,3%
Dívida Líquida (R\$ mil)	5.044.474	4.647.333	8,5%	5.044.474	4.647.333	8,5%
DEC (12 meses)*	8,07	7,84	3,0%	8,07	7,84	3,0%
FEC (12 meses)*	4,03	4,56	-20,0%	4,03	4,56	-20,0%
Índice de Arrecadação (12 meses)	97,41%	95,91%	1,50 p.p	97,41%	95,91%	1,50 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	26,04%	25,84%	0,20 p.p	26,04%	25,84%	0,20 p.p
PMSO (1) / Consumidores Efetivos Faturados	35,41	49,68	-30,0%	94,67	82,85	14,5%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

Prorrogação da Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que estabelece as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição com vencimento entre 2025 e 2031. O Decreto definiu os critérios de elegibilidade para a prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão. Em 28 de março de 2025, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no referido Decreto. Em 19 de agosto de 2025, por meio do Despacho nº 2.485/2025, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição da Enel Distribuição Rio (de acordo com a decisão da ANEEL, a empresa cumpriu os critérios estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024). O processo de prorrogação encontra-se aguardando tramitação perante o MME.

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 75% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 3,1 milhões de consumidores e envolve uma população estimada de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	2T26	2T25	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	59.751	59.276	0,8%
Linhas de Transmissão (Km)	3.764	3.764	-
Subestações (Unid.)	128	129	-0,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.435	12.055	-5,1%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,40%	3,37%	0,03 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,01%	2,14%	-0,13 p.p

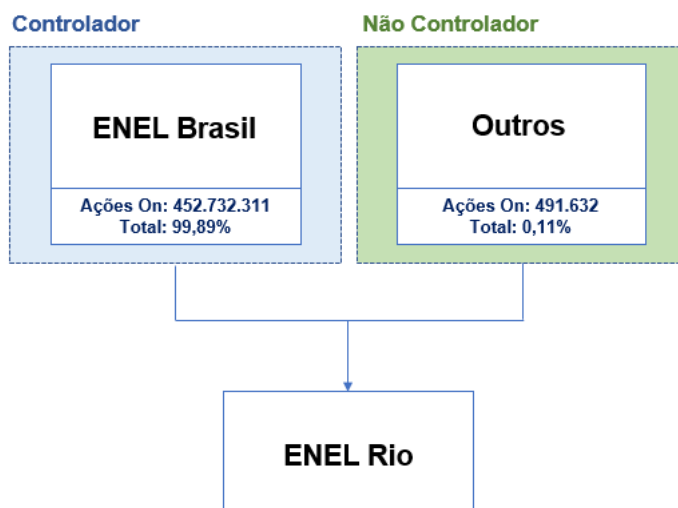
(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de junho de 2026



* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 2T26.

¹ Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

Comentário do Desempenho

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Mercado Cativo	3.115.858	3.091.771	0,8%	3.115.858	3.091.771	0,8%
Residencial - Convencional	2.353.169	2.268.030	3,8%	2.353.169	2.268.030	3,8%
Residencial - Baixa Renda	529.587	595.571	-11,1%	529.587	595.571	-11,1%
Industrial	3.085	3.077	0,3%	3.085	3.077	0,3%
Comercial	145.794	140.919	3,5%	145.794	140.919	3,5%
Rural	63.585	63.976	-0,6%	63.585	63.976	-0,6%
Setor Público	20.638	20.198	2,2%	20.638	20.198	2,2%
Clientes Livres	4.805	4.153	15,7%	4.805	4.153	15,7%
Industrial	601	500	20,2%	601	500	20,2%
Comercial	3.761	3.253	15,6%	3.761	3.253	15,6%
Rural	39	38	2,6%	39	38	2,6%
Setor Público	383	352	8,8%	383	352	8,8%
Residencial	21	10	>100,0%	21	10	>100,0%
Revenda	12	13	-7,7%	12	13	-7,7%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.120.675	3.095.937	0,8%	3.120.675	3.095.937	0,8%
Consumo Próprio	944	925	2,1%	944	925	2,1%
Total - Número de Consumidores	3.121.619	3.096.862	0,8%	3.120.675	3.095.937	0,8%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

O número de consumidores efetivos faturados no mercado cativo registrou um aumento de 0,8% quando comparado ao mesmo período no ano anterior, reflexo especialmente do aumento no segmento residencial convencional, impulsionado pelo crescimento orgânico, além da migração de clientes do segmento residencial baixa renda.

A queda observada na classe residencial baixa renda está relacionada ao descadastramento de clientes após o processo de revisão cadastral realizado pelo Governo Federal. A iniciativa cruza informações do CadÚnico com outras bases de dados federais para identificar inconsistências cadastrais. Quando os dados não são confirmados ou atualizados pelos beneficiários, eles deixam de atender aos critérios para enquadramento na tarifa social de baixa renda.

Já os clientes livres, continuaram com a tendência de crescimento, com aumento de 15,7% no período, refletindo a migração de clientes do mercado cativo, que se intensificou após a abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Mercado Cativo	1.784	1.795	-0,6%	3.793	3.964	-4,3%
Clientes Livres	1.058	1.009	4,9%	2.101	2.003	4,9%
Revenda	106	104	1,9%	208	206	1,0%
Consumo Próprio	8	8	-	17	17	-
Total - Venda e Transporte de Energia	2.956	2.916	1,4%	6.119	6.191	-1,2%

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Residencial - Convencional	982	935	5,0%	2.131	2.078	2,6%
Residencial - Baixa Renda	250	277	-9,7%	538	658	-18,2%
Industrial	18	22	-18,2%	34	48	-29,2%
Comercial	256	270	-5,2%	534	588	-9,2%
Rural	29	30	-3,3%	60	65	-7,7%
Setor Público	249	260	-4,2%	496	527	-5,9%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	1.784	1.795	-0,6%	3.793	3.964	-4,3%

O total de venda de energia no mercado cativo permaneceu estável no trimestre comparado ao mesmo período do ano anterior, com crescimento na classe residencial convencional impulsionado por temperaturas levemente

Comentário do Desempenho

superiores ao mesmo período do ano anterior. Já a classe residencial baixa renda apresentou retração no consumo, relacionado à redução do número de clientes em tal classe.

Para as demais classes, a redução observada decorre do efeito da migração para o mercado livre.

No acumulado do ano, o consumo do mercado cativo apresentou retração de 4,3% versus o ano anterior, influenciado por temperaturas mais amenas, que impactam especialmente as classes residencial e comercial, além do efeito da migração para o mercado livre.

Destaca-se que o aumento da geração distribuída também impactou negativamente o consumo do mercado cativo como um todo.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Industrial	567	556	2,0%	1.107	1.086	1,9%
Comercial	346	317	9,1%	695	643	8,1%
Rural	28	29	-3,4%	59	58	1,7%
Setor Público	114	106	7,5%	236	214	10,3%
Residencial	2	2	-	4	3	33,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	1.058	1.009	4,9%	2.101	2.003	4,9%

(1) Desconsiderando Receita de Construção e Atualização do Ativo Financeiro da Concessão;

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 4,9% tanto no trimestre quanto no acumulado do ano comparado ao mesmo período do ano passado em praticamente todas as classes de consumo, em razão principalmente do crescimento do número de clientes, impulsionada pela migração para o mercado livre, que permanece em constante crescimento.

Na classe comercial, o aumento do consumo é derivado principalmente pelo aumento do consumo em condomínios e varejo. Já na classe industrial, os setores de borracha e plástico e petróleo e gás se destacam no período.

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Itaipu	439	454	-3,3%	874	903	-3,2%
Angra I e II	45	92	-51,1%	97	183	-47,0%
PROINFA	42	39	7,7%	83	86	-3,5%
Leilão e Quotas	2.382	2.498	-4,6%	4.975	5.078	-2,0%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.908	3.083	-5,7%	6.028	6.250	-3,6%
Liquidação na CCEE	(183)	(446)	-59,0%	(6)	(63)	-90,5%
Total - Compra de Energia	2.724	2.637	3,3%	6.022	6.187	-2,7%

Balanço de Energia*

BALANÇO DE ENERGIA

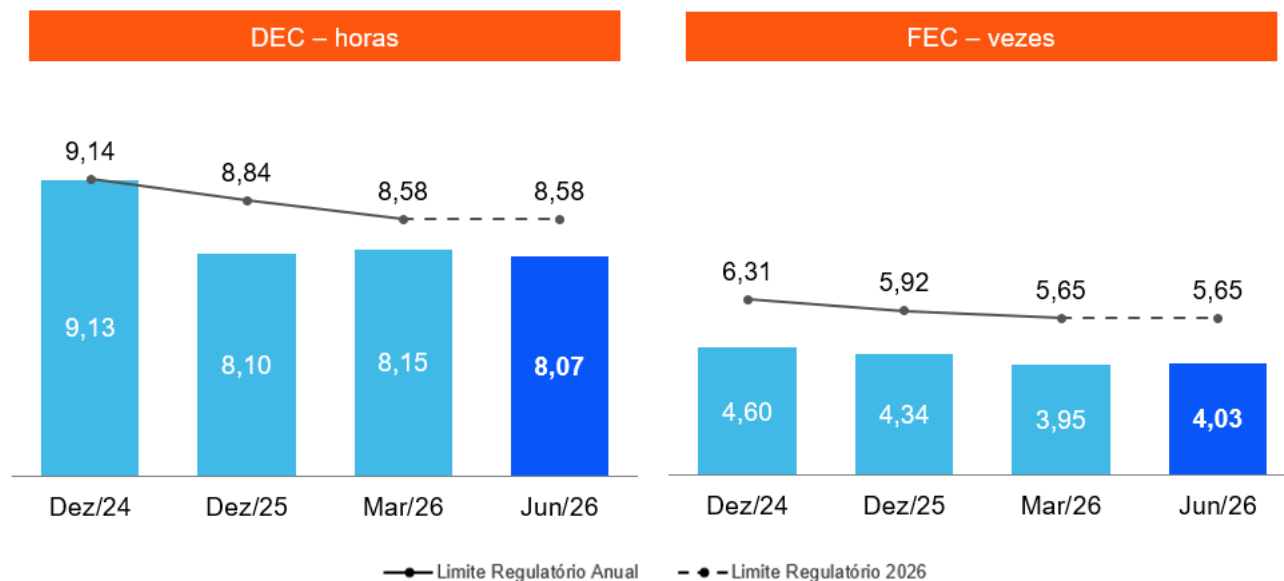
	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Energia requerida (GWh)	4.044	3.855	4,9%	8.709	8.709	-
Energia fornecida (GWh)	3.120	3.033	2,9%	6.502	6.484	0,3%
Mercado Cativo	1.983	1.947	1,8%	4.248	4.330	-1,9%
Mercado Livre	1.137	1.085	4,8%	2.254	2.154	4,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	925	822	12,5%	2.207	2.225	-0,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	22,86%	21,33%	1,53 p.p	25,34%	25,55%	-0,21 p.p

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

* Dados operacionais prévios referente ao 2T26.

4 INDICADORES OPERACIONAIS

Qualidade do Fornecimento³



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

Considerando os últimos 12 meses (LTM), o indicador DEC atingiu 8,07 horas em junho/2026, seguindo a tendência de redução observada desde 2024. Já o FEC ficou em 4,03x no mesmo período, também com tendência de redução ao longo dos anos.

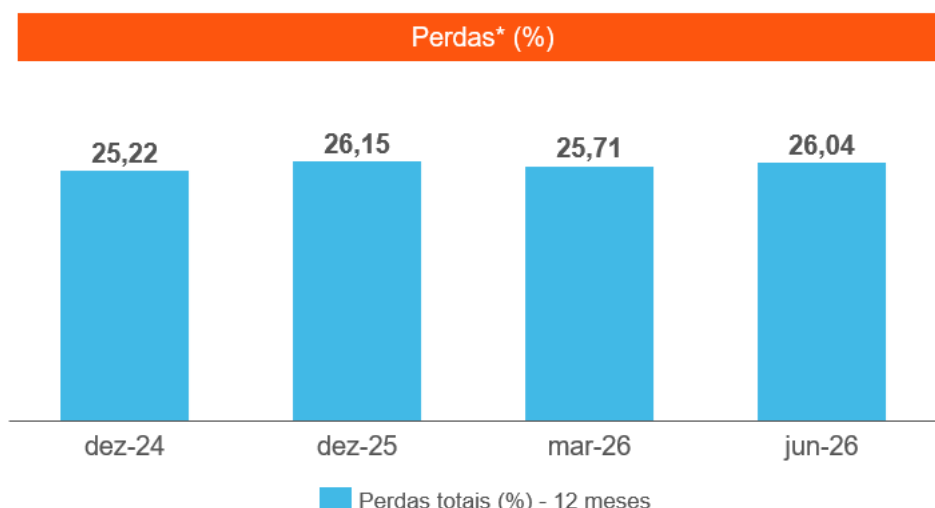
Esses resultados refletem, principalmente, as iniciativas da Companhia voltadas para melhoria da qualidade dos serviços, que englobam:

- Digitalização da rede, por meio da ampliação dos equipamentos de telecontrole, aumentando a automação e reduzindo o tempo de recomposição do sistema;
- Substituição e modernização de cabos de Média e Alta Tensão, elevando a confiabilidade da rede elétrica;
- Plano de melhoria do TMAE (Tempo Médio de Atendimento), com foco na redução do tempo de restabelecimento;
- Projeto de primarização das equipes de emergência, poda e manutenção, proporcionando maior agilidade e eficiência operacional;
- Ampliação das ações preventivas, incluindo podas, lavagem de rede, inspeções e manutenções preventivas, reduzindo a incidência de falhas e aumentando a confiabilidade do fornecimento.

³ Dados operacionais prévios, sujeitos à alterações posteriores.

Comentário do Desempenho

Disciplina de Mercado⁴



*Os indicadores de perdas apresentados foram calculados considerando a metodologia que reflete a mudança regulatória proposta pela ANEEL no Despacho ANEEL nº 684/2025, incorporando os resultados da Consulta Pública nº 09/2024, que dentre outras alterações, adota a energia medida como base de comparação, em vez da energia faturada.

As perdas de energia LTM alcançaram o valor de 26,04% em junho/2026, uma redução de 0,11 p.p. em relação às perdas registradas no em dezembro/2025 que foram de 26,15%.

As perdas não técnicas na área de risco, que representam 60,1% do total, registraram crescimento +0,13 p.p. quando comparadas com dezembro/2025. As perdas fora da área de risco reduziram -0,24 p.p., em relação ao mesmo período, mantendo a tendencia dos últimos anos e comprovando o sucesso das medidas adotadas para minimizar as perdas nas localidades com acesso.

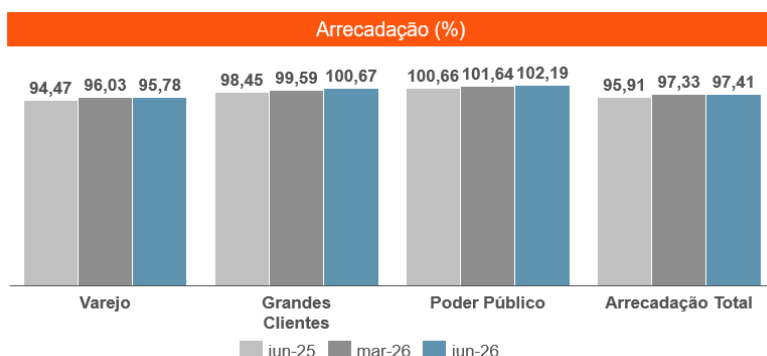
O plano de combate às perdas de energia da Enel mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forçando a medição. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/autoreligadas ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial): tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência ou contrato inativo e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes ou sem contrato, passam a consumir energia de forma irregular. (III) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 335 GWh de energia ao final de junho, considerando os últimos 12 meses.

Arrecadação

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia. A seguir, o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.

⁴ O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica) /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

Comentário do Desempenho



Em relação ao indicador de arrecadação, houve um crescimento expressivo de 1,50 ponto percentual no 2T26 versus 2T25, com evolução em todos os segmentos, em particular grandes clientes, devido a melhor performance das ações de cobrança e aumento de faturamento decorrente do reajuste tarifário anual ocorrido em março/26.

Destaca-se que a Companhia mantém constantemente a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência, tais como:

- Realização de 570 mil suspensões de fornecimento por meio de estratégia de concentração e comportamento de pagamento;
- Negativações de 4,6 milhões de faturas;
- 47 milhões de interações com os clientes seja por meio de robôs, contato humano ou whatsapp através das assessorias de cobrança;
- Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com Poder Público;
- Negociações para 70 mil consumidores;

Além disso, a Enel Rio disponibiliza aos seus clientes diversas opções para quitação e negociação de débitos, tais como por cartão de débito/crédito, pix e boleto, financiamento com a própria distribuidora, levando em consideração o perfil de cada cliente.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (R\$, MIL)

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Receita Operacional Líquida excl. receita de construção e atualização do ativo financeiro da concessão	1.869.436	1.799.253	3,9%	3.935.067	3.603.639	9,2%
Custos e despesas não gerenciáveis ¹	(1.203.679)	(1.125.755)	6,9%	(2.514.800)	(2.239.736)	12,3%
Margem Bruta antes da atualização do ativo financeiro da concessão	665.757	673.498	-1,1%	1.420.267	1.363.903	4,1%
Atualização do ativo financeiro da concessão	154.805	71.663	>100,0%	330.491	233.497	41,5%
Margem Bruta	820.562	745.161	10,1%	1.750.758	1.597.400	9,6%
Custos e despesas gerenciáveis excl. custo de construção (Opex)	(421.973)	(416.588)	1,3%	(850.362)	(784.529)	8,4%
EBITDA	398.589	328.573	21,3%	900.396	812.871	10,8%
Depreciação e Amortização	(171.099)	(246.520)	-30,6%	(341.749)	(455.563)	-25,0%
Resultado Financeiro	(345.018)	(206.890)	66,8%	(534.972)	(438.752)	21,9%
IR/CS	56.202	57.471	-2,2%	24.634	63.884	-61,4%
Lucro/Prejuízo Líquido	(61.326)	(67.366)	-9,0%	48.309	(17.560)	<-100,0%

¹ Inclui Energia elétrica comprada para revenda e Encargos do uso do sistema de transmissão

Receita Operacional Líquida

Comentário do Desempenho

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	2.359.300	2.017.550	16,9%	4.724.928	4.475.171	5,6%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(28.586)	(14.341)	99,3%	(49.130)	(46.943)	4,7%
Subvenções - Baixa renda e CDE	241.062	214.063	12,6%	483.955	398.314	21,5%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.571.776	2.217.272	16,0%	5.159.753	4.826.542	6,9%
Ativos e passivos financeiros setoriais	48.129	194.164	-75,2%	386.499	141.357	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	393.388	331.975	18,5%	734.105	685.236	7,1%
Outras Receitas	73.393	93.815	-21,8%	105.182	122.106	-13,9%
Receita Operacional Bruta¹	3.086.686	2.837.226	8,8%	6.385.539	5.775.241	10,6%
Tributos	(911.923)	(770.372)	18,4%	(1.808.291)	(1.650.905)	9,5%
Encargos Setoriais	(305.327)	(267.601)	14,1%	(642.181)	(520.697)	23,3%
Receita Operacional Líquida antes da Receita de Construção e atualização do ativo financeiro da concessão	1.869.436	1.799.253	3,9%	3.935.067	3.603.639	9,2%
Receita de construção	492.347	388.421	26,8%	918.527	729.917	25,8%
Atualização do ativo financeiro da concessão	154.805	71.663	>100,0%	330.491	233.497	41,5%
Receita Operacional Líquida	2.516.588	2.259.337	11,4%	5.184.085	4.567.053	13,5%

¹ Desconsiderando Receita de Construção e Atualização do Ativo Financeiro da Concessão

A receita operacional líquida da Companhia, desconsiderando os efeitos da receita de construção e da atualização do ativo financeiro da concessão, totalizou **R\$ 1,9 bilhão no 2T26**, representando um aumento de **3,9% (R\$ 70,2 milhões)**, em relação ao mesmo período do ano anterior, quando atingiu **R\$ 1,8 bilhão**.

Essa variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:



*Receita Operacional Líquida antes da receita de construção e atualização do ativo financeiro da concessão

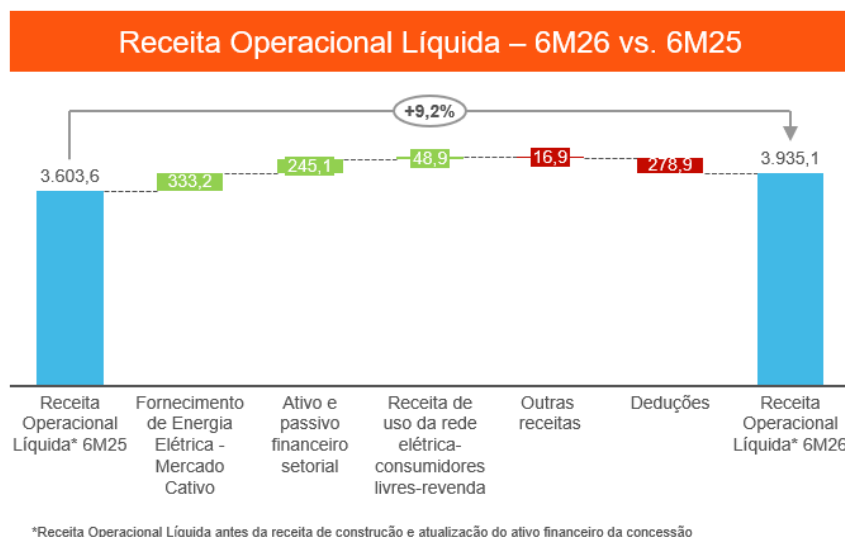
- **Aumento de R\$ 354,5 milhões** na rubrica **Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo**, refletindo a maior tarifa média vigente no 2T26 em comparação ao 2T25 (**15,46% versus 0,27%**);
- **Aumento de R\$ 61,4 milhões** na linha **Receita de Uso da Rede Elétrica – Consumidores Livres (Revenda)**, explicado pelo crescimento do número de consumidores e do consumo de energia nessa classe.

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- **Aumento de R\$ 179,3 milhões** nas deduções relacionadas a tributos e encargos setoriais em relação ao 2T25, decorrente principalmente da elevação de **R\$ 115,4 milhões** em ICMS e de **R\$ 63,6 milhões** nos encargos da **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**, em função do aumento da cota homologada em agosto de 2025;
- **Redução de R\$ 146,0 milhões** na rubrica **Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**, relacionada aos mecanismos de neutralidade dos encargos setoriais e dos custos de energia, incluindo o efeito da devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores considerada nas tarifas;

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Companhia, desconsiderando os efeitos da receita de construção e da atualização do ativo financeiro da concessão, apresentou crescimento de **9,2%**, equivalente a **R\$ 331,4 milhões**, em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando **R\$ 3,9 bilhões**. Destacam-se, na comparação entre **6M26 e 6M25**, as seguintes variações nos componentes da receita operacional líquida:

Comentário do Desempenho



- **Aumento de R\$ 333,2 milhões** na rubrica **Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo**, explicado pela maior tarifa média vigente no período, decorrente do reajuste tarifário vigente a partir de abril 2025 (**10,40%**) **versus o reajuste tarifário do ciclo anterior (1,33%)**;
- **Aumento de R\$ 245,1 milhões** na linha **Ativos e passivos financeiros setoriais** relacionado principalmente ao aumento do custo com compra de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas e do aumento dos encargos setoriais, especialmente da CDE, além do efeito da neutralidade da devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores considerada na tarifa;
- **Aumento de R\$ 48,9 milhões** na linha **Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres – revenda**, explicado pelo crescimento do número de consumidores e do consumo de energia nessa classe;

Tais efeitos foram compensados parcialmente por um **aumento de R\$ 278,9 milhões nas deduções** relacionadas a tributos e encargos setoriais na comparação entre 6M26 e 6M25, refletindo principalmente a elevação de **R\$ 103,1 milhões** em ICMS e de **R\$ 113,8 milhões** nos encargos da **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**, em função do aumento da cota homologada em agosto de 2025..

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

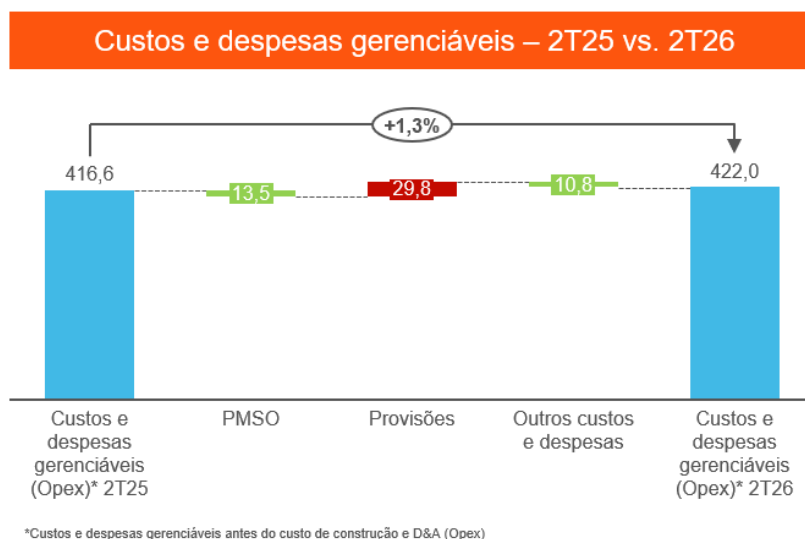
	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Energia elétrica comprada para revenda e Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.203.679)	(1.125.755)	6,9%	(2.514.800)	(2.239.736)	12,3%
Custos e despesas não gerenciáveis	(1.203.679)	(1.125.755)	6,9%	(2.514.800)	(2.239.736)	12,3%
Pessoal	(82.732)	(57.707)	43,4%	(178.127)	(116.656)	52,7%
Desp de Pessoal	(122.606)	(91.542)	33,9%	(256.850)	(185.001)	38,8%
Capitalização de Pessoal	39.874	33.835	17,8%	78.724	68.345	15,2%
Material	(17.966)	(12.008)	49,6%	(23.067)	(17.683)	30,4%
Serviços de Terceiros	(166.366)	(189.711)	-12,3%	(380.786)	(352.837)	7,9%
Outras receitas/despesas operacionais	(16.022)	(37.200)	-56,9%	(22.736)	(55.707)	-59,2%
PMSO	(283.086)	(296.626)	-4,6%	(604.716)	(542.883)	11,4%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perda de Recebíveis	(137.836)	(110.372)	24,9%	(245.945)	(219.202)	12,2%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(34.703)	(32.411)	7,1%	(63.329)	(67.188)	-5,7%
Provisões	(172.539)	(142.783)	20,8%	(309.274)	(286.390)	8,0%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	33.652	22.821	47,5%	63.628	44.744	42,2%
Outros custos e despesas	33.652	22.821	47,5%	63.628	44.744	42,2%
Custos e despesas gerenciáveis excl. custo de construção e D&A (Opex)	(421.973)	(416.588)	1,3%	(850.362)	(784.529)	8,4%
Depreciação e Amortização (D&A)	(171.099)	(246.520)	-30,6%	(341.749)	(455.563)	-25,0%
Custo de Construção	(492.347)	(388.421)	26,8%	(918.527)	(729.917)	25,8%
Custos e despesas gerenciáveis	(1.085.419)	(1.051.529)	3,2%	(2.110.638)	(1.970.009)	7,1%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(2.289.098)	(2.177.284)	5,1%	(4.625.438)	(4.209.745)	9,9%

Os custos e despesas operacionais da Companhia totalizaram **R\$ 2,3 bilhões no 2T26**, representando um aumento de **5,1%**, ou **R\$ 111,8 milhões**, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Os **Custos e Despesas Não Gerenciáveis** somaram **R\$ 1.203,7 milhões**, montante **6,9% superior** ao registrado no 2T25, em função principalmente do aumento de **R\$ 92,4 milhões** na rubrica de **Encargos de Uso do Sistema de Transmissão**.

Os **Custos e Despesas Gerenciáveis**, excluindo custos de construção e despesas com depreciação e amortização (Opex), permaneceram praticamente estáveis na comparação entre o 2T26 e o 2T25, registrando um aumento de apenas **R\$ 5,4 milhões**. Destacam-se as seguintes variações no período:



- **Aumento de R\$ 29,8 milhões em provisões**, reflexo da elevação das rubricas de **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)** e **Perda de Recebíveis**, em razão do maior volume de baixas de créditos ("write-offs") relacionados ao período da pandemia que ultrapassaram o prazo de cinco anos. Esse efeito foi parcialmente compensado pela melhora da PCLD, decorrente da evolução dos indicadores de cobrabilidade, da menor rolagem da dívida e da redução da inadimplência em áreas de risco, impulsionada pelo efeito positivo da MP nº 1300, sobre a arrecadação da classe baixa renda;

Esse efeito foi parcialmente compensado por uma **redução de R\$ 13,5 milhões no PMSO** (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros), em decorrência de:

- **Redução de R\$ 23,3 milhões em Serviços de Terceiros**, relacionado ao maior nível de capitalização de investimentos no 2T26 em comparação ao 2T25. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento dos gastos com manutenção corretiva no período;
- **Redução de R\$ 21,2 milhões em Outras receitas/despesas operacionais** devido principalmente ao reconhecimento de baixas de recebíveis ocorridas no 2T25, que afetaram a base de comparação;
- **Aumento de R\$ 15,0 milhões nas Despesas de pessoal** em função do projeto *insourcing* que prevê a ampliação da contratação de colaboradores próprios.

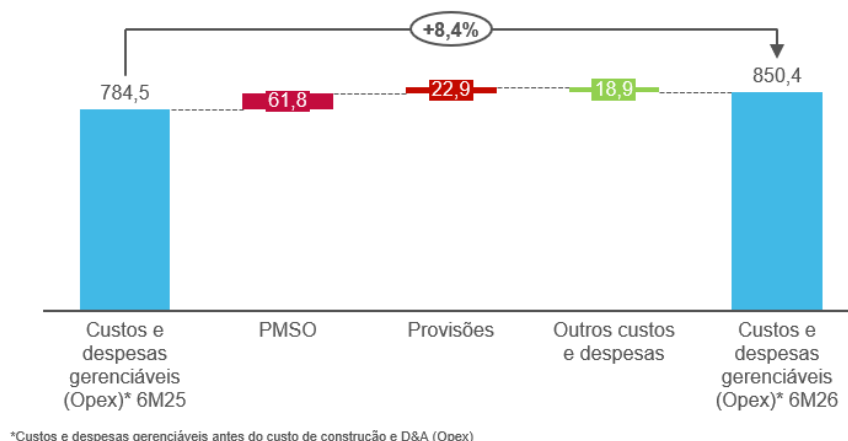
No acumulado do ano, os **Custos e Despesas Não Gerenciáveis** totalizaram **R\$ 2,5 bilhões**, resultado **12,3%** ou **R\$ 275,1 milhões** superior em relação ao mesmo período em 2025. Essa variação decorre principalmente de:

- **Aumento de R\$ 174,5 milhões** na rubrica de **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, em razão do maior custo de aquisição de energia no período;
- **Aumento de R\$ 101,6 milhões** nos **Encargos de Uso do Sistema de Transmissão**.

Os **Custos e Despesas Gerenciáveis**, excluindo custos de construção e despesas com depreciação e amortização (Opex), apresentaram aumento de **R\$ 65,8 milhões no 6M26 em relação ao 6M25**.

As principais variações podem ser explicadas por:

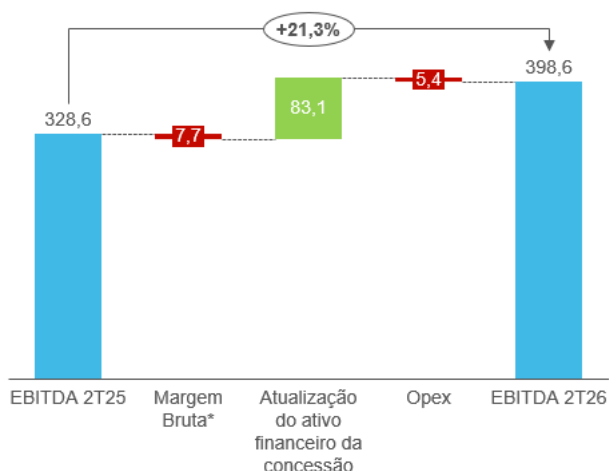
Custos e despesas gerenciáveis – 6M25 vs. 6M26



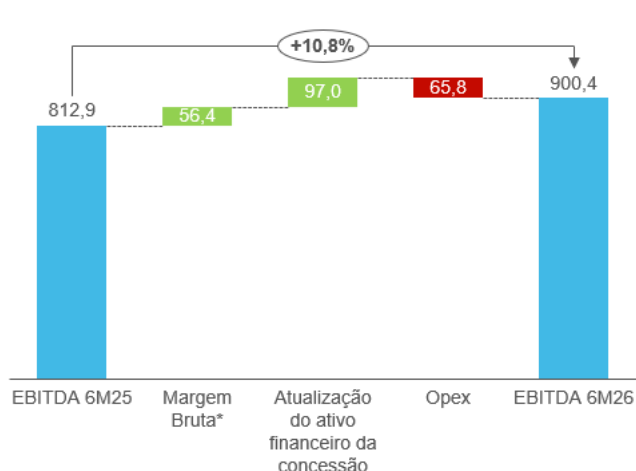
- **Aumento de R\$ 61,8 milhões no PMSO**, devido ao (i) **aumento de R\$ 61,4 milhões nas despesas com pessoal**, relacionado ao projeto *insourcing* que visa o aumento da contratação de colaboradores próprios; e (ii) **aumento de R\$ 27,9 milhões na rubrica de serviços de terceiros**, reflexo de maiores gastos com manutenção corretiva, além do efeito da inflação no período. Em contrapartida, a rubrica de **Outras receitas/despesas operacionais** registrou uma redução de **R\$ 33,0 milhões** relacionada principalmente à baixas de recebíveis ocorrida no 2T25, afetando a base de comparação;
- **Aumento de R\$ 22,9 milhões em provisões**, refletindo a elevação das rubricas de PCLD e Perda de Recebíveis, em razão do maior volume de baixas de créditos relacionados ao período da pandemia que ultrapassaram o prazo de cinco anos. Esse efeito foi compensado parcialmente por uma melhora da PCLD, reflexo principalmente do aumento da expectativa de arrecadação no segmento B2G (Poder Público), da evolução dos indicadores de cobrabilidade na comparação entre 6M26 e 6M25, do impacto positivo da MP nº 1.300 sobre a arrecadação da classe baixa renda e da melhora na recuperação de créditos não relacionados ao fornecimento de energia

EBITDA

EBITDA – 2T25/2T26



EBITDA – 6M25/6M26



Comentário do Desempenho

O **EBITDA da Companhia totalizou R\$ 398,6 milhões no 2T26**, representando um aumento de **R\$ 70,0 milhões** em relação ao 2T25. Esse desempenho reflete, principalmente, o aumento de **R\$ 83,1 milhões** na atualização do ativo financeiro da concessão, decorrente da expansão da base de ativos, efeito intensificado pela proximidade do término da concessão, além da maior inflação observada no período, que impacta a atualização monetária do ativo.

No acumulado do ano, o **EBITDA da Companhia atingiu R\$ 900,4 milhões**, registrando um crescimento de **10,8%** ou **R\$ 87,5 milhões** em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento da margem operacional, impulsionada principalmente pelo efeito tarifário, beneficiado pelo impacto da inflação sobre a Parcela B, bem como pelo aumento da atualização do ativo financeiro da concessão, pelos mesmos fatores observados no trimestre.

Esse crescimento foi parcialmente compensado pelo aumento de **R\$ 65,8 milhões** dos custos e despesas operacionais, excluindo custos de construção e despesas com depreciação e amortização (opex), afetado em grande parte pelo aumento das despesas com pessoal e serviço de terceiros, associados às iniciativas de melhoria da qualidade do serviço e ao projeto de *insourcing*, além do maior volume de perdas de recebíveis decorrentes de baixas de créditos ("*write-offs*") relacionados a cobranças originadas durante o período da pandemia.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Receita de aplicações financeiras	6.772	5.711	18,6%	10.566	9.844	7,3%
Despesas líquidas relacionadas à dívida (1)	(204.669)	(171.185)	19,6%	(381.344)	(322.027)	18,4%
Outros resultados financeiros não relacionados à dívida	(147.121)	(41.416)	>100,0%	(164.194)	(126.569)	29,7%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	10.736	10.391	3,3%	19.339	19.661	-1,6%
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial (líquidas)	(58.151)	(3.860)	>100,0%	20.034	(3.764)	<-100,0%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(23.368)	(28.712)	-18,6%	(68.130)	(88.496)	-23,0%
Encargos fundo de pensão	(10.794)	(2.583)	>100,0%	(20.937)	(6.185)	>100,0%
Variações monetárias e cambiais - outros	643	(2.580)	<-100,0%	724	(2.690)	<-100,0%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(66.187)	(14.072)	>100,0%	(115.224)	(45.095)	>100,0%
Resultado Financeiro	(345.018)	(206.890)	66,8%	(534.972)	(438.752)	21,9%

(1) Despesas líquidas relacionadas à dívida = Encargos de dívida e variações monetárias + variações cambiais + instrumentos financeiros derivativos + marcação a mercado da dívida

O resultado financeiro da Companhia registrou **despesa financeira líquida de R\$ 345,0 milhões no 2T26**, representando um aumento de **R\$ 138,1 milhões** em relação ao mesmo período de 2025.

Essa variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- **Aumento de R\$ 33,4 milhões** nas despesas líquidas relacionadas à dívida, refletindo principalmente a elevação da dívida média (**R\$ 5.101 milhões no 2T26 versus R\$ 4.782 milhões no 2T25**) entre os períodos analisados;
 - **Aumento de R\$ 52,1 milhões** em outras despesas financeiras líquidas, decorrente principalmente de:
 - redução de **R\$ 7,9 milhões** na atualização de créditos tributários. Vale destacar que, em dezembro de 2024, em decorrência do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela correspondente à taxa Selic na repetição de indébitos tributários, a Companhia reconheceu créditos tributários referentes a valores recolhidos a maior entre 2021 e 2024. Esse efeito gerou uma atualização monetária mais elevada no 2T25, não recorrente no 2T26;
 - aumento de **R\$ 37,8 milhões** no deságio financeiro relacionado ao subsídio da CDE, em função da antecipação de parte dos créditos homologados referentes a esse subsídio;
 - aumento de **R\$ 6,5 milhões** nos custos com garantias financeiras (fianças bancárias e seguros-garantia), decorrente do maior volume de garantias contratadas entre os períodos.
- **Aumento de R\$ 105,7 milhões** em outros resultados financeiros não relacionados à dívida, explicados principalmente por:

Comentário do Desempenho

- **Aumento de R\$ 54,2 milhões** nas despesas líquidas com atualização de ativos e passivos financeiros setoriais, devido à atualização monetária dos valores referentes à devolução de PIS/COFINS aos consumidores considerada nas tarifas;
- **Aumento de R\$ 52,1 milhões** em outras despesas financeiras líquidas, decorrente principalmente de:
 - redução de **R\$ 7,9 milhões** na atualização de créditos tributários. Vale destacar que, em dezembro de 2024, em decorrência do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela correspondente à taxa Selic na repetição de indébitos tributários, a Companhia reconheceu créditos tributários referentes a valores recolhidos a maior entre 2021 e 2024. Esse efeito gerou uma atualização monetária mais elevada no 2T25, não recorrente no 2T26;
 - aumento de **R\$ 37,8 milhões** em custos relacionados à antecipação de parte dos créditos homologados referentes ao subsídio da CDE;
 - aumento de **R\$ 6,5 milhões** nos custos com garantias financeiras (fianças bancárias e seguros-garantia), decorrente do maior volume de garantias contratadas entre os períodos.

No acumulado do ano o resultado financeiro apresentou **uma despesa financeira líquida de R\$ 534,9 milhões**, representando um aumento de **R\$ 96,2 milhões** em relação ao mesmo período de 2025. Essa variação decorre principalmente dos seguintes fatores:

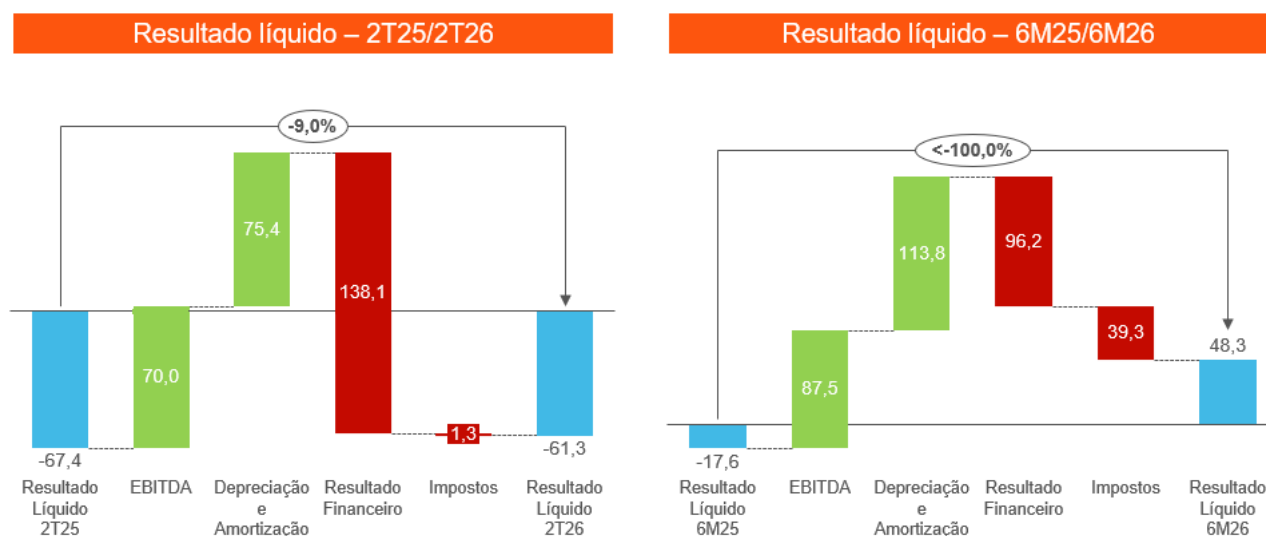
- **Aumento de R\$ 59,3 milhões** nas despesas líquidas relacionadas à dívida, refletindo a elevação do custo médio do endividamento, influenciado principalmente pelo aumento da taxa média do CDI (**6,79% no 6M26 versus 6,36% no 6M25**), em conjunto com um leve crescimento da dívida média no período (**R\$ 4.997 milhões nos 6M26 x R\$ 4.714 milhões nos 6M25**);
- **Aumento de R\$ 37,7 milhões** em outros resultados financeiros não relacionados à dívida, explicado principalmente por:
 - **Aumento de R\$ 70,1 milhões** em outras despesas financeiras líquidas, decorrente:
 - da redução de **R\$ 24,2 milhões** na atualização de créditos tributários. Conforme mencionado anteriormente, o reconhecimento de créditos tributários realizado em dezembro de 2024 gerou atualização monetária mais elevada no 6M25, efeito que não se repetiu no 6M26;
 - do aumento de **R\$ 47,0 milhões** em custos relacionados à antecipação de parte dos créditos homologados referentes ao subsídio da CDE.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- **Aumento de receita de R\$ 23,7 milhões** na atualização líquida de ativos e passivos financeiros setoriais, em razão da constituição de CVA ativa, parcialmente compensada pela atualização monetária dos valores relativos à devolução de PIS/COFINS aos consumidores considerada nas tarifas.

Comentário do Desempenho

Resultado Líquido



A Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 61,3 milhões no 2T26, o que representa uma melhora de R\$ 6,0 milhões em relação ao prejuízo líquido de R\$ 67,4 milhões apurado no 2T25.

Essa evolução decorre principalmente de:

- (i) aumento de R\$ 70,0 milhões do EBITDA no período, conforme explicado anteriormente; e
- (ii) redução de R\$ 75,4 milhões nas despesas de depreciação e amortização, em decorrência do efeito da revisão extraordinária da vida útil regulatória de determinados ativos, concluída em dezembro de 2025. A extensão dos prazos de amortização reduziu o montante reconhecido nessa rubrica, efeito que permanecerá ao longo de 2026 e será integralmente anualizado a partir do 4T26.

Esses impactos positivos foram compensados pela piora do resultado financeiro no período, conforme comentado anteriormente.

No acumulado dos seis primeiros meses de 2026, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 48,3 milhões, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 17,6 milhões apurado no mesmo período do ano anterior.

O desempenho segue, em linhas gerais, a mesma tendência observada no trimestre, refletindo principalmente o crescimento do EBITDA e a redução das despesas de depreciação e amortização. Em contrapartida, o resultado foi parcialmente impactado pela rubrica de imposto de renda e contribuição social, que apresentou uma variação negativa de R\$ 39,3 milhões em relação aos 6M25, decorrente principalmente do menor reconhecimento de ativos fiscais diferidos nos 6M26. Essa redução está relacionada, sobretudo, ao maior crescimento da atualização do ativo financeiro da concessão, impulsionado pela proximidade do término da concessão, reduzindo a base para constituição de ativos fiscais diferidos quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	5.233.255	4.840.300	8,1%	5.233.255	4.840.300	8,1%
Dívida com Terceiros	4.569.894	-	-	4.569.894	-	-
Dívida Intercompany	663.361	4.840.300	-86,3%	663.361	4.840.300	-86,3%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	188.781	192.967	-2,2%	188.781	192.967	-2,2%
Dívida líquida (R\$ mil)	5.044.474	4.647.333	8,5%	5.044.474	4.647.333	8,5%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	2,33	2,21	5,4%	2,33	2,21	5,7%
Dívida Líquida / EBITDA(2)*	2,25	2,12	6,1%	2,25	2,12	6,1%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,34	0,37	-5,6%	0,34	0,37	-5,6%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,34	0,36	-5,4%	0,34	0,36	-5,4%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

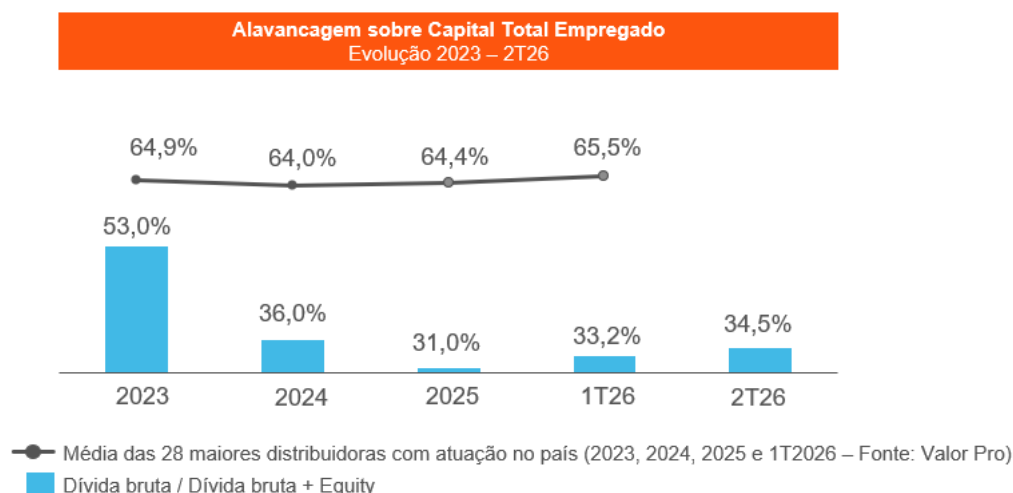
(2)* EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses)+ Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A dívida bruta da Companhia apresentou aumento de **R\$ 393 milhões** em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre principalmente de:

Comentário do Desempenho

- Novas captações no montante de R\$ 6.480 milhões, destinadas ao refinanciamento de dívidas e ao reforço do capital de giro;
- Apropriação de encargos financeiros e atualização monetária da dívida no valor de R\$ 772 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados por:
- Amortizações de principal no montante de R\$ 4.274 milhões;
- Pagamento de encargos financeiros de aproximadamente R\$ 985 milhões; e
- Capitalização de mútuos no valor de R\$ 1.600 milhões.

A Enel Distribuição Rio encerrou o 2T26 com a alavancagem sobre o capital total empregado em 34,5%, conforme evolução demonstrada no gráfico abaixo.



Classificação de Riscos (Rating)

Em 24 de abril de 2026, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings revisou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil de AAA (bra) para 'AA+ (bra)', com perspectiva negativa.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2026 era de R\$ 80 milhões.

A Companhia conta com o apoio financeiro do Grupo Enel, por meio da Enel Brasil e de várias de suas subsidiadas, que disponibilizaram recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências prévias da ANEEL, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021.

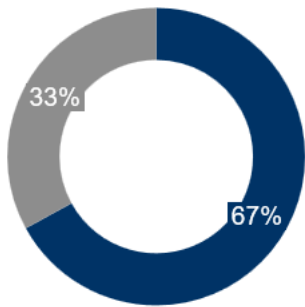
Os mútuos que venceram no 2º trimestre de 2026 foram liquidados e a Companhia segue avaliando as opções financeiras para liquidação de mútuos nos próximos vencimentos.

Para a realização de financiamentos com bancos e captações no mercado de capitais, a Companhia pode utilizar, quando necessário e conveniente, a garantia da Enel Brasil e, eventualmente, de outras empresas do Grupo.

A capacidade de suporte financeiro pelo Grupo é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez, a qual permitiu a realização de operações de mútuos e eventuais aportes de capital realizados nos últimos anos. Tal capacidade de suporte se manteve na posição verificada em 30 de junho de 2026 dos controladores, e prospectivamente por meio de contrato de linha de crédito firmado entre Enel Américas SA. e a Enel Brasil S.A. em 20 de abril de 2026, no montante de USD 2 bilhões.

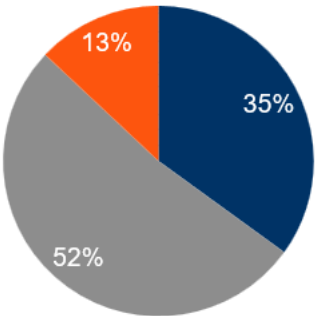
Comentário do Desempenho

Abertura da Dívida Bruta – CP e LP
Posição Final em Jun/26



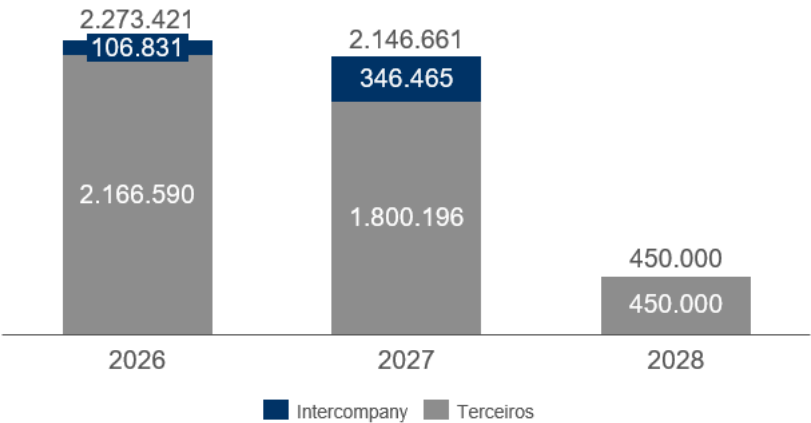
Curto Prazo Longo Prazo

Abertura da Dívida Bruta – Credor
Posição Final em Jun/26



Notas Comerciais Bancos Mútuo

Curva de Amortização de Saldo de Dívida com SWAP (R\$Mil)
Posição Final em Jun/26

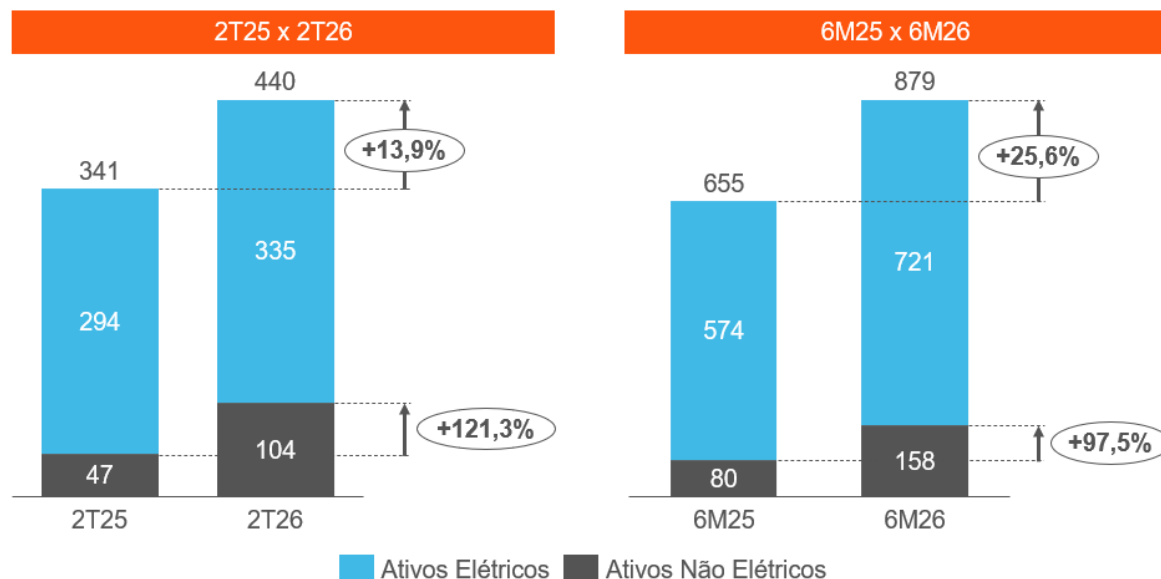


Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Manutenção	198.784	129.996	52,9%	396.495	252.769	56,9%
Crescimento	107.502	95.324	12,8%	212.423	177.726	19,5%
Novas Conexões	133.350	115.116	15,8%	270.177	211.519	27,7%
Financiado pela Companhia	439.635	340.436	29,1%	879.094	642.013	36,9%
Financiado pelo Cliente	-	249	-100,0%	-	12.764	-100,0%
Total	439.635	340.685	29,0%	879.094	654.777	34,3%

Ativos Elétricos e Não Elétricos



A Companhia investiu no 2T26 o total de R\$ 439,6 milhões, montante 29,0% superior ao valor registrado no 2T25 (R\$ 340,7 milhões).

Do total investido no trimestre, destacam-se: (i) R\$ 198,8 milhões investidos para atividades de manutenção, sendo R\$ 101,3 milhões para as atividades relacionadas a manutenção corretiva e (ii) na parte de crescimento foram investidos R\$ 107,5 milhões, com destaque para atividades voltadas ao programa de Confiabilidade no desenvolvimento (R\$ 46,9 milhões), além do programa de Qualidade para melhoria dos serviços (R\$ 30,9 milhões), Telecontrole (R\$ 5,8 milhões) e ao programa de redução de perdas, programa de investimento específico destinado a reduzir as perdas de rede (não técnicas) justificadas por avaliações técnicas por meio de inspeções de fraude (R\$ 14,8 milhões).

No acumulado do ano, a Companhia investiu nos 6M26 o total de R\$ 879,1 milhões, montante 34,3% superior ao valor registrado no mesmo período do ano anterior. Do total investido no semestre, destacam-se: (i) as atividades de manutenção com um total de R\$ 396,5 milhões, e (ii) as atividades de novas conexões, onde foram alocados R\$ 270,2 milhões.

ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

Enel Distribuição Rio se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como **confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito**.

Os pilares ESG (*Environmental, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, e uma avaliação dos impactos, riscos e oportunidades ESG. A partir disso, os objetivos são definidos e desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazos, compondo o Plano de Sustentabilidade da empresa, que é revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração da Enel Brasil, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

Comentário do Desempenho

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel Rio abrange o ciclo 2026-2028 e estabelece objetivos ESG específicos em 3 pilares temáticos. Sendo 2 pilares ambientais sobre Mudanças Climáticas e Capital Natural, e um terceiro pilar voltado para o tema social com foco na transição justa e inclusiva. De forma transversal um modelo de governança sólida garante as melhores e mais atuais práticas de integridade, transparência e de gestão quanto ao respeito dos direitos humanos e aceleradores de crescimento - inovação, digitalização e economia circular- fortalecem a estratégia do Grupo.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – *Assessment Ambiental*, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a ENEL e o programa ECoS- *Extra-checking on site* que verifica a performance ambiental dos processos ENEL. Importante destacar que estes programas compõem o sistema de gestão ambiental certificado, ISO 14001.

A fim de contribuir com uma transição energética justa e inclusiva e gerar valor compartilhado para a sociedade do estado do Rio de Janeiro e comunidades locais, em especial as de maior vulnerabilidade social, a Companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente e seguro de energia, cidadania, além de geração de renda e empregabilidade.

Até o final do segundo trimestre a Enel Distribuição Rio acumulou em 2026 R\$ 13,3 milhões investidos e beneficiou 94 mil pessoas por meio de 62 iniciativas. Como destaque do período, relacionamos alguns projetos do programa Enel Compartilha:

Programa Bônus Eficiente – ODS 7

Em maio, a Enel Distribuição Rio deu início ao programa Bônus Eficiente, que incentiva os consumidores residenciais a substituir eletrodomésticos antigos e ineficientes por aparelhos com Selo PROCEL de economia de energia. A campanha de vendas é realizada on-line e nas lojas físicas participantes da Novolare. Para aproveitar as vantagens do programa, o cliente faz um pré-cadastro no site do programa e, se aprovado, compra um novo eletrodoméstico pela metade do preço. O cliente poderá adquirir apenas um aparelho e entregar o antigo, que deverá estar em funcionamento, além de poder trocar até 5 lâmpadas comuns por LED. Além disso, 5% do valor de cada eletrodoméstico adquirido é destinado, sem custo adicional, aos projetos sociais da Central Única das Favelas (CUFA). Ao todo, a campanha prevê a troca de 1.900 produtos, entre geladeiras e aparelhos de ar-condicionado. Até junho, mil eletrodomésticos já haviam sido trocados em 30 municípios.

Enel Compartilha Cidadania – ODS 7

Com as alterações realizadas pelo Governo Federal nas regras de obtenção do benefício da Tarifa Social de Energia pelas famílias de baixa renda, estima-se que cerca de 235 mil famílias na área de concessão da Enel Rio necessitem atualizar o cadastro e a titularidade da fatura para não serem descadastradas. Para mitigar esse impacto, o programa Enel Compartilha Cidadania já percorreu 14 municípios até junho de 2026, por meio de reuniões com Secretarias Municipais de Assistência Social e capacitações com os coordenadores dos CRAS (Centros de Referência Social), trazendo orientações sobre a Nova Tarifa Social de Energia Elétrica e o Desconto Social, que também permite redução no pagamento da conta de energia.

Enel Compartilha Eficiência – ODS 7

Entre os meses de abril e junho, o programa Enel Compartilha Eficiência promoveu ações de trocas de geladeiras, tanto por meio das Caravanas (que realizam ações de manutenção de rede, podas e articulações com o poder público) como pelas atuações nos Operativos do Energia Legal, ambas em parceria com as áreas de Grids e Mercado. Ao todo, foram substituídas 700 geladeiras e 1.200 clientes foram atendidos por iniciativas de Sustentabilidade em 9 municípios (Niterói, Rio das Ostras, Petrópolis, Itaboraí, Macaé, Angra dos Reis, Cabo Frio, Itaúva e Cardoso Moreira).

Comentário do Desempenho

Indicadores ASG - Enel Rio

Indicadores

	2T26	2T25
Colaboradores Próprios (Unid)	2.804	2.150
Colaboradores terceirizados (Unid)	10.909	10.003
% de mulheres na Empresa	11,2%	12,3%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	16,5%	21,2%
Taxa de Rotatividade (2)	8,4%	6,4%
Número de membros no conselho (Unid)	5	5
% de mulheres no conselho	20,0%	20,0%
Beneficiados pelos projetos sociais**	94.853	60.138
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100,0%	99%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	92,0%	84%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)	5	5
Realização de ECoS Ambiental (4)	1	1

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2026: 11; (4) Meta 2026: 1

**Nota sobre o número de Beneficiados pelos projetos sociais: A Companhia considera, na apuração de beneficiados, tanto os beneficiados diretos quanto os indiretos, refletindo o alcance ampliado de suas iniciativas.

No 4T25, houve uma mudança nos critérios de apuração de beneficiados, realizada à nível Holding, aumentando significativamente a contabilização de beneficiados indiretos, que são estimados com base em métricas específicas, que consideram o impacto das ações sobre as famílias e o investimento financeiro associado aos projetos. A mudança realizada expandiu o número de categorias de projetos, acompanhando o aumento do escopo e do volume de investimentos da Companhia.

ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2026

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 10 de março de 2026, deliberou sobre o Reajuste Tarifário anual de 2026 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2026, Resolução Homologatória nº 3.570/2026.

A aprovação do Reajuste Tarifário Anual de 2026 da Companhia foi de um índice de reajuste de +7,05% composto por (i) reajuste econômico de +5,72%, sendo +4,79% de Parcela A, +0,93% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +1,33%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de +8,41%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +15,46%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Comentário do Desempenho

Reajuste tarifário

Encargos setoriais	+2,43%
Energia comprada	+1,15%
Encargos de transmissão	+0,93%
Receita irrecuperável	+0,28%
Parcela A	+4,79%
Parcela B	+0,93%
Reajuste econômico	+5,72%
CVA total	+5,72%
Outros itens financeiros	-4,39%
Reajuste financeiro	+1,33%
Índice de reajuste total	+7,05%
Componentes financeiros do processo anterior	+8,41%
Efeito para o consumidor	+15,46%

O reajuste tarifário médio de +15,46% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	+19,94%
Baixa Tensão	+14,23%
Efeito Médio	+15,46%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +7,5%, representando +4,79% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.601 milhões. Uma variação de +14,5% em relação ao processo anterior, representando +2,43% no reajuste econômico;
- Custos de Aquisição de Energia: R\$ 2.775 milhões. O aumento de +3,6% decorrem principalmente do aumento do custo unitário de contratos dos CCEARs por disponibilidade. O custo de compra de energia representa +1,44% no reajuste econômico, englobando a receita irrecuperável da Companhia de +0,28%; e
- Custos de Transmissão: R\$ 1.175 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de +7,01%, correspondendo a um efeito de +0,93% no reajuste econômico, devido a redução das tarifas na rede básica.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +2,6%, representando uma participação de +0,93% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +3,59% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2026; e
- Fator X de +0,44%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,576%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,161%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 111 milhões, dentre os quais destacam-se principalmente:

Comentário do Desempenho

- (i) R\$ 477 milhões positivos, referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA");
- (ii) previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 220 milhões;
- (iii) recomposição de diferença positiva de cobertura CDE GD de R\$ 106 milhões;

Tais efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes efeitos negativos:

- (iv) R\$ 499 milhões referentes à créditos de PIS/COFINS;
- (v) R\$ 186 milhões relativo à reversão de risco hidrológico;

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A bandeira tarifária vigente no mês de janeiro foi verde, graças a manutenção do volume de chuvas e do nível dos reservatórios das usinas, não sendo necessário despachar as usinas termelétricas no mesmo nível do mês anterior. A bandeira verde se manteve também para os meses de fevereiro a abril de 2026.

Em maio, a ANEEL precisou acionar a bandeira tarifária amarela, pois o início do período seco acarretou redução do volume de chuvas, que foram menores do que as projeções consideradas. Isto acarreta redução do nível dos reservatórios hidráulicos e consequentemente a necessidade da geração de usinas termelétricas. A bandeira amarela se manteve também para o mês de junho de 2026.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2025 e 2026, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		58,60	58,60	264,69	208,03	241,89	310,35	228,45	310,30	315,54	297,32	333,39	304,02
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													
	2026	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		183,05	354,65	427,08	258,01	237,58	222,92						
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Em 19 de dezembro de 2025, o Despacho n.º 3.850 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2026. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.611,04/MWh e o valor mínimo em R\$ 57,31/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2026 com término previsto para 31 de dezembro de 2026.

ANEXO 1

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.733.838	3.297.310	13,2%	7.634.557	6.738.655	13,3%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo e Livre	2.965.164	2.549.247	16,3%	5.893.858	5.511.778	6,9%
CVA	48.129	194.164	-75,2%	386.499	141.357	>100,0%
Receita de Construção	492.347	388.421	26,8%	918.527	729.917	25,8%
Outras Receitas	228.198	165.478	37,9%	435.673	355.603	22,5%
Deduções da Receita Operacional	(1.217.250)	(1.037.973)	17,3%	(2.450.472)	(2.171.602)	12,8%
Receita Operacional Líquida	2.516.588	2.259.337	11,4%	5.184.085	4.567.053	13,5%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.203.679)	(1.125.755)	6,9%	(2.514.800)	(2.239.736)	12,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(822.634)	(837.074)	-1,7%	(1.805.445)	(1.631.967)	10,6%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(381.045)	(288.681)	32,0%	(709.355)	(607.769)	16,7%
Custo/Despesa Operacional	(1.085.419)	(1.051.529)	3,2%	(2.110.638)	(1.970.009)	7,1%
Pessoal	(82.732)	(57.707)	43,4%	(178.127)	(116.656)	52,7%
Material	(17.966)	(12.008)	49,6%	(23.067)	(17.683)	30,4%
Serviços de terceiros	(166.366)	(189.711)		(380.786)	(352.837)	
Depreciação e amortização	(171.099)	(246.520)	-30,6%	(341.749)	(455.563)	-25,0%
Provisões	(57.219)	(84.769)	-32,5%	(65.719)	(156.037)	-57,9%
Custo de construção	(492.347)	(388.421)	26,8%	(918.527)	(729.917)	25,8%
Outros	(81.668)	(35.193)	>100,0%	(179.927)	(85.609)	>100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(16.022)	(37.200)	-56,9%	(22.736)	(55.707)	-59,2%
EBITDA	398.589	328.573	21,31%	900.396	812.871	10,77%
EBIT	227.490	82.053	>100,0%	558.647	357.307	56,3%
Resultado Financeiro	(345.018)	(206.890)	66,8%	(534.972)	(438.752)	21,9%
Receita Financeira	48.818	34.881	40,0%	214.855	94.236	>100,0%
Despesa Financeira	(394.479)	(239.191)	64,9%	(750.551)	(530.278)	41,5%
Variações Cambiais	643	(2.580)	<-100,0%	724	(2.710)	<-100,0%
Resultado antes dos impostos	(117.528)	(124.837)	-5,9%	23.675	(81.445)	<-100,0%
IR/CS	56.202	57.471	-2,2%	24.634	63.884	-61,4%
Lucro/Prejuízo Líquido	(61.326)	(67.366)	-9,0%	48.309	(17.561)	<-100,0%

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30.06.2026	31.12.2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	188.637	316.498
Títulos e valores mobiliários	6	144	137
Contas a receber de clientes	7	2.584.555	2.568.894
Ativo financeiro setorial	9	465.991	517.388
Créditos a receber - subvenção e outros	8	140.281	152.837
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	10	181.117	143.223
Outros tributos compensáveis	10	568.541	808.341
Serviços em curso		87.028	52.525
Outros créditos		209.306	206.813
Total do ativo circulante		4.425.600	4.766.656
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	7	140.076	182.014
Ativo financeiro setorial	9	157.806	2.796
Outros tributos compensáveis	10	2.131.631	2.081.184
Depósitos vinculados	18	336.847	325.001
Tributos diferidos	24	1.194.005	1.176.377
Instrumentos financeiros derivativos	26	2.662	-
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	11.1	1.124.718	1.045.643
Ativo financeiro indenizável (concessão)	11.2	10.655.524	9.727.199
Imobilizado	12	334.486	359.866
Intangível	11.3	1.700.701	1.782.041
Total do ativo não circulante		17.778.456	16.682.121
Total do ativo		22.204.056	21.448.777

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30.06.2026	31.12.2025
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	13	1.725.983	2.156.541
Empréstimos e financiamentos	15	3.472.405	3.429.224
Obrigações por arrendamentos		59.592	68.197
Outras obrigações fiscais		161.966	161.442
Dividendos a pagar	19	236.643	236.643
Salários, provisões e encargos sociais		92.182	88.607
Encargos setoriais	14	68.261	70.252
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	262.763	364.457
Geração distribuída	22.1.1	68.931	106.412
Consumidores - desconto CDE	8	437.709	94.306
Instrumentos financeiros derivativos	26	40.115	3.664
Outras obrigações		316.587	224.387
Total do passivo circulante		6.943.137	7.004.132
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	15	1.722.963	939.641
Obrigações por arrendamentos		80.286	103.981
Outras obrigações fiscais		8.211	10.629
Encargos setoriais	14	143.292	119.753
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	2.162.144	2.194.490
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	324.244	346.046
Instrumentos financeiros derivativos	26	434	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	18	873.235	845.944
Outras obrigações		104	63
Total do passivo não circulante		5.314.913	4.560.547
<u>Patrimônio líquido</u>			
	19		
Capital social		8.553.230	8.553.230
Reserva de capital		23.254	23.254
Reserva de lucros		1.307.614	1.307.614
Outros resultados abrangentes		13.599	-
Lucros acumulados		48.309	-
Total do patrimônio líquido		9.946.006	9.884.098
Total do passivo		22.204.056	21.448.777

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Receita líquida	21	2.516.588	5.184.085	2.259.337	4.567.053
Custo	22	(2.104.443)	(4.269.156)	(2.001.532)	(3.866.299)
Lucro bruto		412.145	914.929	257.805	700.754
Receitas (despesas) operacionais	22				
Despesas gerais e administrativas		(80.182)	(173.158)	(73.135)	(153.923)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(137.836)	(245.945)	(108.268)	(219.202)
Outras receitas operacionais		33.363	62.821	5.651	29.678
Total despesas operacionais		(184.655)	(356.282)	(175.752)	(343.447)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		227.490	558.647	82.053	357.307
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		48.818	214.855	34.881	94.236
Despesas financeiras		(394.479)	(750.551)	(239.191)	(530.278)
Variações cambiais líquidas		643	724	(2.580)	(2.710)
Total do resultado financeiro		(345.018)	(534.972)	(206.890)	(438.752)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(117.528)	23.675	(124.837)	(81.445)
Imposto de renda e contribuição social	24				
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	6.009	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		56.202	24.634	51.462	63.884
Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo)		56.202	24.634	57.471	63.884
Lucro líquido (prejuízo) do período		(61.326)	48.309	(67.366)	(17.561)
Lucro líquido (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	20	(0,1353)	0,1066	(0,1730)	(0,0451)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Lucro líquido (prejuízo) do período		(61.326)	48.309	(67.366)	(17.561)
<u>Outros resultados abrangentes</u>					
<u>Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado</u>					
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego		20.604	20.604	(17.741)	(17.741)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	24	(7.005)	(7.005)	6.032	6.032
<u>Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</u>					
Ganho em instrumentos financeiros derivativos		-	-	2.811	2.811
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	(956)	(956)
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de impostos		(47.727)	61.908	(77.220)	(27.415)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros				
	Capital	(-) Capital		Remuneração	Reserva	Reserva	Reserva	Lucro	Outros
	subscrito	a	Reserva	do	legal	para	capital de	(prejuízo)	resultados
		integralizar	de ágio	imobilizado		reforço de	giro	acumulados	abrangentes
				em curso					
									Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.953.230	(2.772)	2.308	20.946	176.028	1.294.205	-	(1.855)	8.442.090
Resultado abrangente total:									
Prejuízo período	-	-	-	-	-	-	(17.561)	-	(17.561)
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(17.741)	(17.741)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	6.032	6.032
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	2.811	2.811
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(956)	(956)
Saldo em 30 de junho de 2025	6.953.230	(2.772)	2.308	20.946	176.028	1.294.205	(17.561)	(11.709)	8.414.675
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.553.230	-	2.308	20.946	176.028	1.131.586	-	-	9.884.098
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	48.309	-	48.309
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	20.604	20.604
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(7.005)	(7.005)
Saldo em 30 de junho de 2026	8.553.230	-	2.308	20.946	176.028	1.131.586	48.309	13.599	9.946.006

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do período	48.309	(17.561)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	364.300	476.296
Variações cambiais da dívida	(7.996)	(25.030)
Marcação a mercado da dívida	7.349	(596)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	7.995	25.050
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	5.146	524
Atualização do ativo financeiro da concessão	(330.490)	(233.497)
Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais	(181.142)	(33.901)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	2.389	92.068
Perda de recebíveis de clientes	243.555	130.353
Atualização monetária de processos judiciais	68.130	88.496
Provisões para processos judiciais e outros riscos	84.616	92.384
Juros sobre obrigações de arrendamento	13.684	14.052
Juros sobre empréstimos e financiamentos	338.036	317.280
Juros sobre operações com instrumento derivativo	21.082	4.798
Benefício pós-emprego	21.131	8.081
Baixa de ativo intangível	938	2.260
Baixa de ativo imobilizado	1.013	-
Custo de transação	9.732	-
Geração distribuída	(37.481)	8.769
Tributos e contribuições sociais diferidos	(24.634)	(63.884)
(Redução) aumento dos ativos		
Contas a receber de clientes	(219.667)	(129.634)
Ativo financeiro setorial	(103.613)	-
Créditos a receber - subvenção e outros	12.556	(31.355)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(37.894)	(45.794)
Outros tributos compensáveis	189.353	71.690
Depósitos vinculados	(11.846)	(12.144)
Serviços em curso	(34.503)	(965)
Outros créditos	(63.756)	(18.910)
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	(430.558)	75.381
Outras obrigações fiscais	(1.894)	(13.579)
Salários, provisões e encargos sociais	3.575	647
Encargos setoriais	21.548	18.841
Consumidores - desconto CDE	343.403	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(134.040)	(78.370)
Passivo financeiro setorial	181.142	123.430
Outras obrigações	92.241	30.691
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(481.358)	(19.679)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(13.970)	(13.159)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	-	(35.464)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(22.329)	(26.947)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(125.455)	(128.285)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(181.403)	652.337
Atividades de investimentos		
Adições para ativo imobilizado	(13.536)	(7.620)
Adições para ativo contratual	(865.558)	(732.200)
Consumidores participação financeira	7.421	2.283
Títulos e valores mobiliários	(7)	(6)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(871.680)	(737.543)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	3.830.196	468.516
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(2.849.341)	(636.505)
Custo de debêntures e notas comerciais (custos de transação e prêmios)	(20.115)	-
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(35.515)	(29.457)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-	54.401
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos	925.225	(143.045)
Variação no caixa líquido	(127.861)	(228.251)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	316.498	421.090
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	188.637	192.839

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025
1. Receitas	7.694.988	6.679.484
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	7.697.378	6.768.333
Fornecimento de energia elétrica	6.716.030	6.008.738
Outras receitas	62.821	29.678
Receita relativa à construção de ativos próprios	918.527	729.917
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(2.390)	(88.849)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(4.318.222)	(3.726.990)
Materiais	(343.394)	(225.741)
Outros custos operacionais	(327.070)	(249.578)
Custo de energia comprada e transmissão	(2.723.328)	(2.421.536)
Serviço de terceiros	(924.430)	(830.135)
3. Valor adicionado bruto	3.376.766	2.952.494
4. Retenções	(364.300)	(476.296)
Depreciação e amortização	(364.300)	(476.296)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.012.466	2.476.198
6. Valor adicionado recebido em transferência	244.237	230.919
Receitas financeiras	244.237	230.919
7. Valor adicionado total a distribuir	3.256.703	2.707.117
8. Distribuição do valor adicionado	3.256.703	2.707.117
Pessoal	227.865	168.304
Remunerações	149.178	106.631
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	9.374	11.578
Previdência privada	5.968	5.303
Auxílio alimentação	24.169	14.529
Convênio assistencial e outros benefícios	19.696	15.403
FGTS	9.441	7.008
Outros encargos sociais	10.039	7.852
Tributos (Governo)	2.200.975	1.899.711
Federais	209.131	131.488
Imposto de renda e contribuição social	(24.634)	(63.884)
COFINS	168.406	146.803
PIS	36.373	31.872
INSS	28.986	16.697
Estaduais	1.347.103	1.243.970
ICMS	1.347.103	1.243.970
Municipais	2.560	3.556
ISS	1.163	1.941
IPTU	1.129	1.293
Outros municipais	268	322
Encargos setoriais	642.181	520.697
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	575.118	441.277
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	39.233	36.036
Encargos do consumidor - CCRBT	22.462	38.081
Taxa de fiscalização - ANEEL	5.368	5.303
Remuneração de capitais de terceiros	779.554	656.663
Juros	779.933	669.661
Aluguéis	(379)	(12.998)
Remuneração de capitais próprios	48.309	(17.561)
Lucros retidos / prejuízos absorvidos	48.309	(17.561)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais.

O contrato de Concessão de Distribuição de energia elétrica nº 005/1996, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em dezembro de 2026 (vide nota explicativa nº 1.1). Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 15 de março de 2023, e o último reajuste tarifário anual ocorreu em 15 de março de 2026 (nota explicativa nº 4).

1.1 Decreto 12.068/2024 e o novo Contrato de Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que estabelece as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição com vencimento entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de elegibilidade para a prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão, formalizada por meio do Despacho nº 517/2025. Em 25 de março de 2025, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o envio do requerimento de prorrogação à agência reguladora. Dessa forma, a Companhia protocolou na ANEEL em 28 de março de 2025, o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no Decreto 12.068/2024. Em 19 de agosto de 2025, por meio do Despacho nº 2.485/2025, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição da Enel RJ (de acordo com a decisão da ANEEL, a empresa cumpriu os critérios estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024). O processo de prorrogação encontra-se aguardando tramitação perante o MME.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, emitidas em 24 de fevereiro de 2026 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 28 de julho de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Rio de Janeiro), e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

3. Principais políticas e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no semestre findo em 30 de junho de 2026, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2025, aprovadas pela Administração em 20 de fevereiro de 2026.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2026

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)

As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontrolláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.

1º de janeiro de 2026

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis foram emitidas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2026, e ainda não estão vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.	
CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1 Reajuste tarifário anual 2026

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 10 de março de 2026, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2026 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2026, Resolução Homologatória nº 3.570/2026.

A aprovação do Reajuste Tarifário Anual de 2026 da Companhia foi de um índice de reajuste de +7,05% composto por (i) reajuste econômico de +5,72%, sendo +4,79% de Parcela A, +0,93% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +1,33%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de +8,41%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +15,46%, sendo +19,94% para alta tensão e +14,23% para baixa tensão.

O índice é composto pelos seguintes itens:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Reajuste tarifário

Encargos setoriais	2,43%
Energia comprada	1,15%
Encargos de transmissão	0,93%
Receita irrecuperável	0,28%
Parcela A	4,79%
Parcela B	0,93%
Reajuste econômico	5,72%
CVA total	5,72%
Outros itens financeiros	-4,39%
Reajuste financeiro	1,33%
Índice de reajuste total	7,05%
Componentes financeiros do processo anterior	8,41%
Efeito para o consumidor	15,46%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +7,5%, representando +4,79% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +2,6%, representando uma participação de +0,93% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +3,59% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2026; e
- Fator X de +0,44%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,576%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,161%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 110.665, dentre os quais destacam-se principalmente: (i) R\$ 477.323 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), (ii) previsão do risco hidrológico positivo em R\$ 219.929, (iii) recomposição de diferença positiva de cobertura CDE GD de R\$ 105.809. Tais efeitos foram parcialmente compensados por (iv) reversão de risco hidrológico negativo de R\$ 186.220 e (v) 499.047 negativos de créditos de PIS/COFINS.

4.2 Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De janeiro a abril de 2026, vigorou a bandeira tarifária verde, refletindo condições hidrológicas favoráveis, com níveis adequados dos reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) e menor necessidade de despacho termelétrico.

A partir de maio de 2026, com o início do período seco e volumes de chuva abaixo das projeções do ONS, a ANEEL acionou a bandeira tarifária amarela, mantida em junho de 2026, refletindo o maior despacho térmico requerido para o atendimento à carga.

4.3 Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, estabelecendo a substituição dos tributos atuais por um modelo baseado em um Imposto sobre Valor Adicionado dual:

- (i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, em substituição ao PIS e à Cofins;
- (ii) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS.

A reforma também criou o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, destinado à tributação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, cuja lista será definida em legislação complementar.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar - LC nº 214/2025, derivada do PLP 68/2024, regulamentando dispositivos centrais da reforma, instituindo formalmente o IBS, a CBS, o IS e o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS). Posteriormente, a Lei Complementar -LC nº 227/2026 detalhou a organização, atribuições e o processo administrativo tributário vinculado ao CG-IBS.

A legislação estabelece que o Comitê Gestor deve centralizar a arrecadação, a fiscalização e a distribuição do IBS, assegurando uniformidade nacional e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias. A Companhia segue adequada às exigências já previstas, incluindo as adaptações relacionadas à emissão de documentos fiscais. O período de transição para o novo modelo ocorrerá entre 2026 e 2032, com coexistência dos sistemas antigo e novo. Durante essa fase, haverá aplicação gradual das alíquotas do IBS e da CBS e redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISS, conforme cronograma definido por lei complementar e pela regulamentação do Comitê Gestor.

Os impactos da reforma sobre os tributos mencionados dependem da definição das alíquotas finais da CBS e do IBS, que serão fixadas por leis ordinárias da União, estados e municípios dentro dos parâmetros estabelecidos pela LC 214/2025, inclusive considerando as alíquotas de referência definidas pelo Senado Federal. Assim, eventuais efeitos contábeis somente poderão ser reconhecidos quando a etapa regulatória estiver integralmente concluída.

Consequentemente, não há efeitos da reforma nas informações financeiras intermediárias referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, permanecendo a necessidade de monitoramento contínuo da regulamentação complementar necessária à plena aplicação do novo sistema tributário.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2026	31.12.2025
Caixa e contas correntes bancárias	17.241	59.448
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	10.123	10.810
Operações compromissadas	161.273	246.240
Total	188.637	316.498

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 30 de junho de 2026, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 100% e 97,14% do CDI, respectivamente (99,14% e 97,25% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	Nota	30.06.2026	31.12.2025
Fundos de investimentos exclusivos	6.1		
Operações compromissadas		-	64
Títulos públicos		23	42
CDB-DI		121	16
LF - Letra Financeira		-	15
Total		144	137

6.1 Fundos de investimento exclusivos: O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,05% de representatividade sobre o total do fundo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2026. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no semestre findo em 30 de junho de 2026, em média, a 101,63% do CDI (99,95% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

7.1 Consumidores, revendedores e outros

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	30.06.2026
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	216.133	254.465	40.689	112.230	165.896	1.431.159	2.220.572	(1.475.750)	744.822
Industrial	18.630	7.188	720	401	1.849	23.652	52.440	(19.976)	32.464
Comercial	62.459	40.499	6.987	18.678	31.782	218.044	378.449	(107.403)	271.046
Rural	6.126	8.231	571	1.255	2.749	21.988	40.920	(8.496)	32.424
Poder público	19.739	37.618	7.666	13.920	17.969	60.981	157.893	(22.921)	134.972
Iluminação pública	34.052	10.841	2.080	9.835	23.832	59.416	140.056	(17.135)	122.921
Serviço público	8.642	1.429	640	1.322	1.703	4.956	18.692	(1.578)	17.114
Fornecimento faturado	365.781	360.271	59.353	157.641	245.780	1.820.196	3.009.022	(1.653.259)	1.355.763
Receita não faturada	746.748	-	-	-	-	-	746.748	(178)	746.570
Parcelamento de débitos	341.410	34.533	14.685	38.340	68.575	304.088	801.631	(266.767)	534.864
Compartilhamento - uso mútuo	32.197	48	16	4.263	1.890	65.971	104.385	(31.576)	72.809
Agente de cobrança da iluminação pública	-	1.034	1.959	1.913	5.489	5.217	15.612	(987)	14.625
Total	1.486.136	395.886	76.013	202.157	321.734	2.195.472	4.677.398	(1.952.767)	2.724.631
									2.584.555
									140.076

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2025
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	214.996	186.338	34.101	86.462	214.795	1.454.404	2.191.096	(1.407.452)	783.644
Industrial	15.801	4.170	443	1.181	4.620	21.626	47.841	(16.558)	31.283
Comercial	56.240	33.631	7.025	16.892	31.748	217.782	363.318	(143.832)	219.486
Rural	5.817	7.355	904	1.396	3.005	22.413	40.890	(12.564)	28.326
Poder público	17.757	26.706	6.112	12.547	16.231	65.697	145.050	(32.630)	112.420
Iluminação pública	31.220	22.685	9.425	6.747	5.773	72.031	147.881	(23.757)	124.124
Serviço público	7.495	1.962	447	647	829	4.574	15.954	(2.224)	13.730
Fornecimento faturado	349.326	282.847	58.457	125.872	277.001	1.858.527	2.952.030	(1.639.017)	1.313.013
Receita não faturada	842.789	-	-	-	-	-	842.789	(370)	842.419
Parcelamento de débitos	400.255	36.958	13.772	35.727	70.958	244.827	802.497	(261.444)	541.053
Compartilhamento - uso mútuo	10.376	3.991	580	1.087	2.002	36.343	54.379	(44.763)	9.616
Agente de cobrança da iluminação pública	2.820	926	940	2.698	10.686	31.521	49.591	(4.784)	44.807
Total	1.605.566	324.722	73.749	165.384	360.647	2.171.218	4.701.286	(1.950.378)	2.750.908
									2.568.894
									182.014

7.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.757.512)	(21.785)	(1.779.297)
Provisões	(222.421)	-	(222.421)
Reversões	-	3.219	3.219
Perda	130.353	-	130.353
Saldo em 30 de junho de 2025	(1.849.580)	(18.566)	(1.868.146)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.950.378)	(15.436)	(1.965.814)
Provisões	(245.945)	-	(245.945)
Perda	243.556	-	243.556
Saldo em 30 de junho de 2026	(1.952.767)	(15.436)	(1.968.203)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber reflete a melhor estimativa do Grupo e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, retratando a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025
Provisões/reversões	(245.945)	(219.202)
Total	(245.945)	(219.202)

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	30.06.2026	31.12.2025
Baixa renda - subsídio CDE	63.387	61.562
Previsão ajuste CDE - ciclo corrente	11.920	-
CDE a receber - diferença ciclo anterior	59.365	85.666
Bônus - redução voluntária de consumo	5.609	5.609
Total	140.281	152.837

8.1 Subvenção da CDE – repasse CCEE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo setorial instituído pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de custear políticas públicas do setor elétrico, tais como subsídios tarifários para consumidores de baixa renda, descontos para irrigantes e aquicultores, entre outros. Os recursos da CDE são operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e homologados pela ANEEL nos processos anuais de reajuste tarifário das distribuidoras, conforme previsto no contrato de concessão e regulamentação vigente.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.570/2026, de março de 2026, definiu o montante anual da subvenção da CDE destinado à Companhia, a ser repassado pela CCEE até o 10º dia útil do mês subsequente a cada competência. Com a publicação da referida resolução, cria-se um direito líquido e certo de recebimento pela Companhia do valor total homologado da subvenção, bem como uma obrigação presente de conceder os descontos tarifários correspondentes aos consumidores elegíveis ao desconto. Dessa forma, visando refletir a substância econômica do ato homologatório, que gera direito de recebimento e obrigação de repasse, a Companhia efetuou o reconhecimento integral, do valor da subvenção da CDE homologada, mediante registro de ativo financeiro a receber da CCEE e passivo com consumidores. O ativo é reduzido pelos repasses da CCEE e o passivo é realizado conforme os descontos aplicados aos consumidores, conforme demonstrado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	30.06.2026	31.12.2025
Valor homologado ANEEL		656.563	565.834
Descontos aplicados aos consumidores	8.1.1	(218.854)	(471.528)
Total		437.709	94.306

8.1.1 Os descontos tarifários aplicados aos consumidores, consideram o valor homologado, para os 12 meses subsequentes de faturamento, a partir do mês da homologação (março de 2026 e 2025).

8.2 Cessão de Recebíveis de Subvenção - CDE

A Companhia realizou em março, abril de 2026 e setembro de 2025, operação de cessão de direitos creditórios sem direito de regresso, de parte dos créditos homologados da CDE junto a instituição financeira, com o objetivo de antecipar fluxos de caixa futuros.

A operação, estruturada sem direito de regresso ou coobrigação, transfere integralmente os riscos e benefícios associados aos créditos, atendendo aos critérios de desreconhecimento previstos no CPC 48. Consequentemente, os recebíveis cedidos foram baixados integralmente do ativo, e o valor do deságio foi reconhecido como despesa financeira.

Nas operações realizadas em março e abril de 2026, o montante total de recebíveis de CDE cedidos foram de R\$ 656.563, sendo o deságio financeiro (custo da operação) de R\$ 47.022. Dessa forma, o ingresso líquido no caixa da Companhia foi de R\$ 609.541.

A operação não altera a base regulatória, nem os valores futuros de subvenção a serem repassados pela CCEE.

A movimentação do ativo financeiro registrado, é como segue:

	Nota	Ativo financeiro - CCEE
Valor homologado ANEEL	8.1	656.563
Cessão de recebíveis - antecipação		(609.541)
Cessão de recebíveis - deságio financeiro		(47.022)
Saldo CDE a receber – ciclo corrente		-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2025	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.06.2026	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Ativo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA												
Aquisição de energia - CVA energia	9.1	218.583	159.488	(73.645)	-	(71.549)	55.105	287.982	183.483	104.499	174.123	113.860
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		809	(3.725)	651	-	-	(591)	(2.856)	(2.857)	1	(2.857)	-
Transporte de energia pela rede básica		75.658	36.809	(35.335)	-	-	11.804	88.936	51.242	37.694	62.293	26.645
Transporte de energia - Itaipu		8.357	5.605	(3.316)	-	-	1.468	12.114	6.354	5.760	8.042	4.072
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	9.2	(31.303)	19.270	8.037	-	-	(7.523)	(11.519)	(25.205)	13.686	(21.193)	9.674
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		180.167	(31.101)	(40.922)	-	-	25.282	133.426	124.177	9.249	126.889	6.539
		452.271	186.346	(144.530)	-	(71.549)	85.545	508.083	337.194	170.889	347.297	160.790
Demais ativos/passivos financeiros setoriais												
Neutralidade da parcela A	9.3	118.535	32.836	(52.746)	-	-	293	98.918	115.439	(16.521)	110.596	(11.679)
Sobrecontratação de energia		(10.409)	63.988	1.104	-	(334)	14.472	68.821	9.099	59.722	26.606	42.214
Diferimento - devoluções tarifárias		(45.475)	(22.484)	22.060	-	-	46	(45.853)	(28.862)	(16.991)	(33.843)	(12.010)
Risco hidrológico		(189.100)	(102.441)	97.175	-	-	(4.398)	(198.764)	(124.147)	(74.617)	(146.021)	(52.742)
Outros	9.4	194.362	65.152	14.728	(5.726)	-	(75.924)	192.592	148.403	44.189	161.356	31.233
		67.913	37.051	82.321	(5.726)	(334)	(65.511)	115.714	119.932	(4.218)	118.694	(2.984)
Total		520.184	223.397	(62.209)	(5.726)	(71.883)	20.034	623.797	457.126	166.671	465.991	157.806

9.1 Aquisição de Energia – (CVAenergia): O saldo da CVA ativa decorre do fato de que, em determinados períodos, custos efetivamente incorridos pela Companhia na aquisição de energia elétrica para atendimento ao mercado regulado, superam a cobertura tarifária vigente, influenciados por condições hidrológicas, volume contratado, pela disponibilidade do parque gerador e/ou pelas condições de mercado.

9.2 ESS: A variação está relacionada ao aumento do custo em 2026 em decorrência da contabilização do alívio retroativo no primeiro semestre de 2025 sem efeito no mesmo período de 2026, bem como, a redução da cobertura tarifária gerando aumento da adição da CVA ativa.

9.3 Neutralidade da parcela A: Aumento da adição de CVA ativa, demonstrando que o mercado faturado performou acima dos valores previstos de mercado homologados pela ANEEL para o ciclo tarifário vigente, gerando maiores valores de constituição ativa.

9.4 Outros: O aumento da CVA ativa refere-se à transferência de CDE escassez hídrica da Conta de desenvolvimento energético – CDE no primeiro semestre de 2026 para outros conforme classificação ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de Junho de 2026
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo no mesmo período do exercício anterior, estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2024	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.06.2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA												
Aquisição de energia - CVA energia	9.1	(133.696)	(48.215)	61.728	-	(71.500)	(11.564)	(203.247)	(48.662)	(154.585)	(81.171)	(78.383)
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		(517)	3.536	(807)	-	-	201	2.413	2.413	-	2.413	-
Transporte de energia pela rede básica		90.692	(6.200)	(37.563)	-	-	4.115	51.044	34.381	16.663	39.266	11.778
Transporte de energia - Itaipu		4.979	(1.419)	(3.967)	-	-	27	(380)	1.139	(1.519)	694	(1.074)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	9.2	49.624	(21.406)	(28.294)	-	-	2.055	1.979	21.921	(19.942)	16.075	(14.096)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(94.102)	(13.201)	33.125	-	-	(4.625)	(78.803)	(63.367)	(15.436)	(67.892)	(10.911)
		(83.020)	(86.905)	24.222	-	(71.500)	(9.791)	(226.994)	(52.175)	(174.819)	(90.615)	(92.686)
Demais ativos/passivos financeiros setoriais												
Neutralidade da parcela A	9.3	(2.573)	(31.266)	6.034	-	-	(1.923)	(29.728)	(19.897)	(9.831)	(22.779)	(6.949)
Sobrecontratação de energia		(38.382)	48.502	18.169	-	-	(975)	27.314	(22.612)	49.926	(7.976)	35.290
Diferimento - devoluções tarifárias		(42.903)	(24.119)	20.505	-	-	(1.023)	(47.540)	(30.516)	(17.024)	(35.506)	(12.034)
Bandeiras tarifárias não homologadas		-	21.329	-	-	-	-	21.329	-	21.329	(22.364)	-
Risco hidrológico		(210.196)	(91.637)	106.664	-	-	(4.550)	(199.719)	(140.407)	(59.312)	(157.795)	(41.924)
Revisão tarifária extraordinária		30.204	-	(30.204)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	9.4	32.359	(37.883)	47.998	(5.674)	-	14.498	51.298	(53.440)	104.738	(22.735)	74.033
		(231.491)	(115.074)	169.166	(5.674)	-	6.027	(177.046)	(266.872)	89.826	(269.155)	48.416
Total		(314.511)	(201.979)	193.388	(5.674)	(71.500)	(3.764)	(404.040)	(319.047)	(84.993)	(359.770)	(44.270)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os montantes de imposto de renda e contribuição social a compensar estão apresentados, conforme quadro a seguir:

	30.06.2026	31.12.2025
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>		
Imposto de renda	141.601	122.986
Contribuição social	37.197	36.469
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.319	6.416
	181.117	165.871
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	-	(16.640)
Contribuição social	-	(6.008)
	-	(22.648)
Total	181.117	143.223

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

		30.06.2026		31.12.2025	
	Nota	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS		69.630	39.648	93.601	39.649
ICMS - Lei complementar nº 102/00		96.586	118.703	81.326	105.613
Pis e Cofins		67.350	-	62.259	-
Pis e Cofins (ICMS)	10.1	333.085	1.973.280	569.265	1.935.922
Outros tributos		1.890	-	1.890	-
Total		568.541	2.131.631	808.341	2.081.184

10.1 A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº 16).

11. Contrato de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 15 de março de 2023, e o Reajuste Tarifário ocorreu em 11 de março de 2025 (vide nota explicativa nº 4).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	30.06.2026	31.12.2025
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	11.1	1.124.718	1.045.643
Ativo financeiro indenizável (concessão)	11.2	10.655.524	9.727.199
Intangível	11.3	1.700.701	1.782.041
Total		13.480.943	12.554.883

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

11.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	(-) Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.009.845	(58.988)	950.857
Adições	732.200	(2.283)	729.917
Transferências para o ativo intangível	(107.303)	2.153	(105.150)
Transferências para o ativo financeiro	(301.447)	-	(301.447)
Transferências para o ativo imobilizado	(11.543)	-	(11.543)
Saldo em 30 de junho de 2025	1.321.752	(59.118)	1.262.634
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.108.798	(63.155)	1.045.643
Adições	925.948	(7.421)	918.527
Transferências para o ativo intangível	(241.730)	113	(241.617)
Transferências para o ativo financeiro	(600.855)	3.020	(597.835)
Saldo em 30 de junho de 2026	1.192.161	(67.443)	1.124.718

11.1.1 Perda por redução ao valor recuperável dos ativos

Durante o exercício de 2025, a Administração procedeu ao ajuste dos valores registrados como ativos de contrato, de modo a refletir de forma mais adequada a estimativa atualizada de benefícios econômicos futuros esperados, considerando as condições vigentes.

Os efeitos dessa perda estão refletidos nos saldos patrimoniais apresentados em 30 de junho de 2026, no montante de R\$ 172.021. Não foram identificados indicadores adicionais que ensejassem novo reconhecimento ou reversão de perda por redução ao valor recuperável.

11.2 Ativo financeiro indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação do ativo indenizável da concessão é como segue:

	30.06.2026	30.06.2025
Saldo inicial	9.727.199	8.348.889
Transferências do ativo contratual	597.835	301.447
Atualização ativo indenizável	330.490	233.497
Saldo final	10.655.524	8.883.833

O aumento do saldo do ativo financeiro indenizável de concessão representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação nos períodos apresentados.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

11.3 Intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço			30.06.2026	31.12.2025
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total	Total
Direito de uso da concessão	7.625.589	(6.205.904)	(20.816)	1.398.869	1.440.741
Software	926.066	(625.141)	-	300.925	340.367
Bens de renda	21.876	(20.969)	-	907	933
Total	8.573.531	(6.852.014)	(20.816)	1.700.701	1.782.041

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.009.710	(5.909.587)	(66.425)	2.033.698
Baixas	(29.324)	27.064	-	(2.260)
Transferências do ativo contratual	107.303	-	(2.153)	105.150
Amortizações	-	(450.812)	10.561	(440.251)
Saldo em 30 de junho de 2025	8.087.689	(6.333.335)	(58.017)	1.696.337
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.365.412	(6.537.596)	(45.775)	1.782.041
Baixas	(33.609)	32.671	-	(938)
Transferências do ativo contratual	241.728	-	(111)	241.617
Amortizações	-	(347.089)	25.070	(322.019)
Saldo em 30 de junho de 2026	8.573.531	(6.852.014)	(20.816)	1.700.701

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais taxas de amortização que refletem a expectativa de vida útil econômica e financeira dos ativos, são as seguintes:

Distribuição	%
Direito de uso da concessão	20,00%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	31.12.2025	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	30.06.2026
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Terrenos	395	-	-	-	-	395
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	50.208	-	-	-	1.598	51.806
Máquinas e equipamentos	64.889	-	-	-	10.297	75.186
Veículos	3.238	-	-	(352)	-	2.886
Móveis e utensílios	34.383	-	-	-	1.567	35.950
	153.113	-	-	(352)	13.462	166.223
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(16.624)	-	(796)	-	-	(17.420)
Máquinas e equipamentos	(22.296)	-	(3.573)	119	-	(25.750)
Veículos	(2.469)	-	(72)	-	-	(2.541)
Móveis e utensílios	(27.059)	-	(627)	-	-	(27.686)
	(68.448)	-	(5.068)	119	-	(73.397)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	65.689	8.665	-	-	(1.598)	72.756
Máquinas e equipamentos	39.081	3.262	-	(780)	(10.297)	31.266
Veículos	335	-	-	-	-	335
Móveis e utensílios	11.192	2.486	-	-	(1.567)	12.111
	116.297	14.413	-	(780)	(13.462)	116.468
Total do imobilizado	200.962	14.413	(5.068)	(1.013)	-	209.294
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	172	-	(27)	-	-	145
Imóveis	30.392	3.501	(5.345)	-	-	28.548
Veículos	128.340	-	(31.841)	-	-	96.499
	158.904	3.501	(37.213)	-	-	125.192
Total	359.866	17.914	(42.281)	(1.013)	-	334.486

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30.06.2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024	Adições (Reversões)	Depreciação	Transferências	30.06.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	395	-	-	-	395
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	37.772	-	-	7.985	45.757
Máquinas e equipamentos	49.475	4.667	-	7.437	61.579
Veículos	2.695	-	-	-	2.695
Móveis e utensílios	33.803	-	-	451	34.254
	124.140	4.667	-	15.873	144.680
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(15.149)	-	(789)	-	(15.938)
Máquinas e equipamentos	(15.913)	-	(575)	61.273	44.785
Veículos	(2.379)	-	(42)	-	(2.421)
Móveis e utensílios	(25.646)	-	(783)	-	(26.429)
	(59.087)	-	(2.189)	61.273	(3)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	46.040	3.470	-	(8.184)	41.326
Máquinas e equipamentos	36.291	(1.431)	-	(2.250)	32.610
Veículos	594	283	-	408	1.285
Móveis e utensílios	9.545	631	-	(451)	9.725
	92.470	2.953	-	(10.477)	84.946
Total do imobilizado	157.523	7.620	(2.189)	66.669	229.623
<u>Ativo de direito de uso</u>					
Terrenos	263	-	(27)	-	236
Imóveis	38.200	2.374	(7.527)	(55.126)	(22.079)
Veículos	78.871	93.924	(26.302)	-	146.493
	117.334	96.298	(33.856)	(55.126)	124.650
Total	274.857	103.918	(36.045)	11.543	354.273

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2026
Notas Explicativas
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 30 de junho de 2026:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	2,83
Imóveis	2,92
Veículos	1,83

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

13. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 26.

	Nota	30.06.2026	31.12.2025
Compra de energia		483.262	564.634
Compra de energia - partes relacionadas	25	11.667	5.678
Encargo de uso da rede		139.563	126.459
		634.492	696.771
Materiais e serviços		752.897	1.148.799
Materiais e serviços - partes relacionadas	25	338.594	310.971
		1.091.491	1.459.770
Total		1.725.983	2.156.541

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 30 de junho de 2026, o montante destas operações é de R\$ 151.401 (R\$ 223.903 em 31 de dezembro de 2025).

14. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 21.

Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.06.2026	31.12.2025
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	12.553
Programa de Eficiência Energética - PEE	95.752	78.895
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	101.166	88.741
Ministério de Minas e Energia - MME	1.048	498
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	883	908
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	12.704	8.410
Total	211.553	190.005
Circulante	68.261	70.252
Não circulante	143.292	119.753

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 de junho de 2026
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 26.1.1.

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Nota	Circulante					Não circulante					30.06.2026					Circulante					31.12.2025				
	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Marcação a mercado	Total	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante
Moeda nacional																									
MUFG 4131 - AMPLA I	200.000	10.368	-	-	210.368	-	-	-	-	210.368	200.000	11.429	-	211.429	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	211.429
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA I	210.000	6.581	-	-	216.581	-	-	-	-	216.581	-	7.029	-	7.029	-	210.000	-	-	-	-	210.000	-	-	-	217.029
MUFG 4131 - AMPLA II	130.000	2.620	-	-	132.620	-	-	-	-	132.620	-	2.710	-	2.710	-	130.000	-	-	-	-	130.000	-	-	-	132.710
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA II	130.000	2.448	-	-	132.448	-	-	-	-	132.448	-	2.450	-	2.450	-	130.000	-	-	-	-	130.000	-	-	-	132.450
1ª Nota Comercial - Ampla	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.800.000	1.056	(3.027)	1.798.029	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.798.029
DEUTSCHE BANK CCB 26.01.2026	-	-	-	-	-	300.000	19.170	-	319.170	319.170	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bank Of America 4131 - AMPLA I	230.000	13.327	-	-	243.327	-	-	-	-	243.327	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bank Of America 4131 - AMPLA II	-	6.845	-	-	6.845	150.000	-	-	150.000	156.845	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª Notas Comerciais - Enel Rio - 1800MBRL	1.800.000	46.789	(13.410)	-	1.833.379	-	-	-	1.833.379	1.833.379	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA III	250.000	5.107	-	-	255.107	-	-	-	-	255.107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.950.000	94.085	(13.410)	-	3.030.675	450.000	19.170	-	469.170	3.499.845	2.000.000	24.674	(3.027)	2.021.647	470.000	-	470.000	-	-	-	470.000	-	-	-	2.491.647
Moeda nacional - partes relacionadas																									
Enel Brasil Mútuo	187.316	87.705	-	-	275.021	104.168	48.497	-	152.665	427.686	906.173	323.816	-	1.229.989	184.653	65.104	249.757	-	-	-	1.479.746	-	-	-	1.479.746
Enel Cien	-	-	-	-	-	161.812	73.863	-	235.675	235.675	-	-	-	-	161.812	58.072	219.884	-	-	-	219.884	-	-	-	219.884
Total	187.316	87.705	-	-	275.021	265.980	122.360	-	388.340	663.361	906.173	323.816	-	1.229.989	346.465	123.176	469.641	-	-	-	1.699.630	-	-	-	1.699.630
Moeda estrangeira																									
BNP PARIBAS 4131 III	161.515	2.995	-	187	164.697	-	-	-	-	164.697	179.710	36	(2.158)	177.588	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177.588
HSBC 4131	-	1.154	-	-	1.154	497.165	-	2.730	499.895	501.049	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credit Agricole 4131 - Ampla	-	858	-	-	858	363.284	-	2.274	365.558	366.416	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	161.515	5.007	-	187	166.709	860.449	-	5.004	865.453	1.032.162	179.710	36	(2.158)	177.588	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177.588
Total	3.298.831	186.797	(13.410)	187	3.472.405	1.576.429	141.530	5.004	1.722.963	5.195.368	3.085.883	348.526	(5.185)	3.429.224	816.465	123.176	939.641	-	-	-	4.368.885	-	-	-	4.368.885

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período findo em 30 de junho de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
DEUTSCHE BANK CCB 26.01.2026	300.000	26/01/26	26/01/28	CDI + 1,23%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil
Bank Of America 4131 - AMPLA I	230.000	12/02/26	12/02/27	CDI - 0,44%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
Bank Of America 4131 - AMPLA II	150.000	13/03/26	13/03/28	CDI - 0,4%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
2ª Notas Comerciais	1.800.000	29/04/26	29/10/26	CDI + 2%	Bullet	Semestral	Liquidação da 1ª Nota comercial	Enel Brasil
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA III	250.000	12/05/26	12/05/27	CDI + 1,6%	Bullet	Semestral	Pagamento de mútuos	Enel Brasil
HSBC 4131	490.196	11/05/26	10/11/27	CHF + 1,671%	Bullet	Semestral	Pagamento de mútuos	Enel Brasil
Credit Agricole 4131 - Ampla	360.000	09/06/26	03/12/27	EUR + 4,05%	Bullet	Trimestral	Pagamento de mútuos	Enel Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em período anteriores e liquidados no período findo em 30 de junho de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Ampla - Enel BR 74	101.114	02/01/24	27/02/26	CDI + 1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 76	90.679	15/02/24	14/02/26	CDI + 1,12%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 65	350.836	10/07/23	09/05/26	CDI + 1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 66	256.712	07/08/23	09/06/26	CDI + 1,3%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
1ª Nota Comercial	1.800.000	30/12/25	29/04/26	CDI + 0,9%	Bullet	Bullet	Pagamento de Mútuos	Enel Brasil

(c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no período findo em 30 de junho de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Ampla - Enel BR 59	76.599	23/12/22	22/12/26	CDI + 1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 60	30.233	26/12/22	25/12/26	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 62	30.203	16/02/23	16/01/27	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 67	30.342	14/08/23	13/07/27	CDI + 1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 68	50.567	15/08/23	14/07/27	CDI + 1,1%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 69	23.259	17/08/23	16/07/27	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo I Ampla - CIEN	70.794	25/08/23	24/08/27	CDI + 0,66%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo II Ampla - CIEN	91.018	15/09/23	24/08/27	CDI + 0,64%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 70	50.282	17/11/23	17/05/27	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
MUFG 4131 - Ampla I	200.000	14/08/25	14/08/26	CDI + 0,55%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA I	210.000	10/10/25	12/04/27	CDI + 0,93%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
MUFG 4131 - AMPLA II	130.000	10/11/25	10/05/27	CDI + 0,97%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA II	130.000	14/11/25	14/05/27	CDI + 1,3%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
BNP PARIBAS 4131 III	180.000	29/12/25	29/12/26	EUR + 3,65%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil

(d) Empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados durante o período findo em 30 de junho de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Itaú CCB 12.01.2026	100.000	12/01/26	30/01/26	CDI + 2,65%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil
Itaú CCB 15.01.2026	120.000	15/01/26	30/01/26	CDI + 2,65%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil
Itaú CCB 19.01.2026	30.000	19/01/26	30/01/26	CDI + 2,65%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

15.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.06.2026	%	31.12.2025	%
<u>Moeda nacional</u>				
CDI	4.163.206	80,13%	4.191.278	95,94%
<u>Moeda estrangeira</u>				
Euro	501.047	9,64%	177.588	4,06%
CHF	531.115	10,22%	-	0,00%
Total	5.195.368	100,00%	4.368.866	100,00%

15.4 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	30.06.2026
		%
CDI	(a)	14,15%
EUR	(a)	5,91
CHF	(a)	6,41
<i>(a) Índice do último dia do período</i>		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

15.5 A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.875.522	1.179.701	681.091	-	4.736.314
Captações	468.516	-	-	-	468.516
Encargos provisionados	292.411	24.150	719	-	317.280
Encargos pagos	-	-	(19.679)	-	(19.679)
Variação cambial e monetária	-	-	(25.030)	-	(25.030)
Transferências	835.617	(835.617)	-	-	-
Pagamentos / amortizações	-	-	(636.505)	-	(636.505)
Marcação a mercado - dívida	-	-	(596)	-	(596)
Saldo em 30 de junho de 2025	4.472.066	368.234	-	-	4.840.300
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.251.636	939.641	177.588	-	4.368.865
Captações	2.530.000	449.995	-	850.201	3.830.196
Encargos provisionados	313.846	19.170	5.020	-	338.036
Encargos pagos	(481.358)	-	-	-	(481.358)
Variação cambial e monetária	-	-	(18.244)	10.248	(7.996)
Transferências	551.296	(551.296)	-	-	-
Pagamentos / amortizações	(2.849.341)	-	-	-	(2.849.341)
Custos de transação	9.732	-	-	-	9.732
Marcação a mercado - dívida	-	-	2.345	5.004	7.349
Constituição custos de transação	(20.115)	-	-	-	(20.115)
Saldo em 30 de junho de 2026	3.305.696	857.510	166.709	865.453	5.195.368

15.6 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants):

Em 11 de maio de 2026 a Companhia captou contrato financeiro com o HSBC contendo cláusulas financeiras restritivas.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros do contrato em vigor, a saber:

- (*) Dívida financeira líquida: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.
- (**) LAJIDA (EBITDA) ajustado - significa a soma dos últimos doze (12) meses de: (i) resultado operacional, conforme apresentado na demonstração consolidada de resultados do Mutuário na linha "Resultado Operacional" (excluindo receitas e despesas financeiras); (ii) todas as despesas de depreciação e amortização; (iii) todos os valores relacionados a despesas com plano de previdência privada, classificados como "custo operacional"; (iv) ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), de acordo com as regras regulatórias determinadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), desde que não estejam incluídos no resultado operacional acima; (v) atualizações dos ativos financeiros de concessão (positivas e negativas no resultado), desde que não estejam incluídas no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (viii) baixas de contas a receber incobráveis; (ix) perda na alienação/baixa de ativos e direitos; e (x) redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 30 de junho, a Companhia estava em cumprimento dos termos do *covenants* listado acima.

16. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais e apresentou os cálculos, documentações e informações do crédito em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23 e PN MF 14/24). Até 30 de junho de 2026 o total compensado pela Companhia foi de 1.845.016 (R\$ 1.554.921 em 31 de dezembro de 2025).

16.1 Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 24 de julho de 2025, foi publicado o Despacho ANEEL 2.203/2025, que estabelece a metodologia para a devolução aos consumidores de energia dos créditos tributários decorrentes de ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O despacho não apresenta inovações em relação ao que já vinha sendo aplicado nos processos tarifários entre 2022 e 2025.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia. Os processos tarifários de 2022 a 2026, já contemplam a devolução parcial de tais valores.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 225.313 (R\$ 287.427 em 31 de dezembro de 2025).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

16.2 Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324

Em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) concluído em 14 de agosto de 2025, da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, foi reconhecida a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. O respectivo acórdão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

O STF fixou que a devolução está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, contados da efetiva restituição do indébito à distribuidora ou da homologação definitiva da compensação por ela realizada. Valores cujo fato gerador seja anterior a esse prazo não seriam objeto de devolução via passivo regulatório.

A referida decisão está sujeita a eventuais esclarecimentos ou modulações a serem definidos pelo STF no julgamento dos embargos de declaração opostos em dezembro de 2025 pela ABRADÉE e pela ABRACEE.

A Administração da Companhia mantém acompanhamento contínuo das movimentações judiciais relacionadas ao tema, bem como dos respectivos desdobramentos jurídicos e regulatórios, de modo a avaliar e refletir tempestivamente eventuais impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

A seguir é apresentado o resumo do ativo e passivo:

	30.06.2026	31.12.2025
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar</u>		
Ativo circulante	333.085	569.265
Ativo não circulante	1.973.280	1.935.922
Total do ativo	2.306.365	2.505.187
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir</u>		
Passivo circulante	262.763	364.457
Passivo não circulante	2.162.144	2.194.490
Total do passivo	2.424.907	2.558.947
	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025
<u>Receita financeira</u>		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	91.273	92.907
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(91.273)	(92.907)
Impacto líquido	-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Nota	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.683.530	2.651.703
Atualização		92.907	92.907
Compensação		(197.014)	-
Devolução aos consumidores		-	(171.277)
Saldo em 30 de junho de 2025		2.579.423	2.573.333
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.505.187	2.558.947
Atualização	23.1	91.273	91.273
Compensação		(290.095)	-
Devolução aos consumidores		-	(225.313)
Saldo em 30 de junho de 2026		2.306.365	2.424.907

17. Obrigações com benefícios pós-emprego

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (Benefício Definido, Contribuição Variável, assistência médica e FGTS, no período findo em 30 de junho de 2026 e 2025, segue representada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	88.682	105.710	18.447	212.839
Custo do serviço corrente	119	900	878	1.897
Custo dos juros líquidos	(1.884)	7.203	865	6.184
Contribuições reais do empregador	(12.231)	(14.714)	(2)	(26.947)
Ganho (perda) atuarial	12.581	5.678	(518)	17.741
Saldo em 30 de junho de 2025	87.267	104.777	19.670	211.714
Saldo em 31 de dezembro de 2025	71.693	264.288	10.064	346.046
Custo do serviço corrente	-	41	153	194
Custo dos juros líquidos	3.650	16.733	554	20.937
Contribuições reais do empregador	(9.163)	(12.679)	(487)	(22.329)
Ganho (perda) atuarial	528	(21.321)	189	(20.604)
Saldo em 30 de junho de 2026	66.708	247.062	10.473	324.244

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2026, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2026, ocasionou uma diminuição de R\$ 20.604 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	30.06.2026	31.12.2025
Obrigações com benefícios pós-emprego		
Valor presente das obrigações atuariais	1.290.380	1.328.669
Valor justo dos ativos do plano	(1.030.404)	(1.132.187)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	64.268	149.564
Total	324.244	346.046

b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.06.2026	31.12.2025
Valor presente das obrigações atuariais no início do período	1.328.669	1.155.103
Custo dos serviços correntes	194	3.793
Custo dos serviços passado	-	(62.096)
Custos dos juros	76.890	141.363
Benefícios pagos pelo plano	(42.492)	(151.189)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	(72.881)	241.695
Valor presente das obrigações atuariais ao final do período	1.290.380	1.328.669

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.06.2026	31.12.2025
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.132.187	1.114.820
Retorno esperado dos ativos do plano	65.032	145.138
Contribuições recebidas do empregador	22.329	51.564
Benefícios pagos pelo plano	(42.492)	(151.189)
Perdas atuariais sobre os ativos do plano	(146.652)	(28.146)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.030.404	1.132.187

d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.06.2026	31.12.2025
Saldo inicial	346.046	212.839
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	194	3.793
Custo dos serviços passado conforme laudo atuarial	-	(62.096)
Juros líquidos conforme laudo atuarial	20.937	10.333
Pagamento de contribuições	(22.329)	(51.563)
Ajustes de avaliação atuarial	(20.604)	232.740
Saldo final	324.244	346.046

e) Despesas reconhecidas no resultado do semestre:

	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025
Custo do serviço corrente bruto	194	1.897
Custo do serviço corrente líquido	194	1.897
Juros sobre a obrigação atuarial	76.890	70.681
Rendimento esperado dos ativos no ano	(55.953)	(64.497)
Juros líquidos sobre o passivo	20.937	6.184
Total reconhecido no resultado	21.131	8.081

f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	30.06.2026	31.12.2025
Ganho (perda) atuarial gerado(a) pela taxa de desconto	36.441	(118.619)
Ganho atuarial gerado pela experiência demográfica	-	37.061
Ganho (perda) atuarial gerado(a) pelo rendimento efeito dos ativos	36.441	(8.272)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	94.374	72.089
Valor justo dos ativos do plano no final do período	(146.652)	-
Montante reconhecido no período em outros resultados abrangentes	20.604	(17.741)

As taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial, estão apresentadas a seguir:

	PCA		PACV		Plano Médico		Plano FGTS	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2026	770.517		262.328		247.062		10.472	
Taxa de desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(14.972)	47.625	(10.444)	22.438	(8.922)	9.524	(394)	433
Total da obrigação do benefício definido	755.545	818.142	251.884	284.766	238.140	256.586	10.078	10.905

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

g) Estimativa da despesa para o segundo semestre de 2026:

01.07.2026 a
31.12.2026

Custo dos serviços correntes	194
Custos dos juros das obrigações com benefício pós-emprego	85.969
Rendimento esperado dos ativos do plano	(65.032)
Total	21.131

18. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias, não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

18.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

							<u>Depósitos vinculados(*)</u>		
	Nota	31.12.2025	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2026	30.06.2026	31.12.2025
Trabalhistas	18.1.1	355.135	9.822	(12.857)	5.377	(12.325)	345.152	81.595	81.149
Cíveis	18.1.2	480.860	134.163	(46.900)	62.534	(112.765)	517.892	15.356	14.757
Fiscais	18.1.3	9.949	388	-	219	(365)	10.191	-	-
Total		845.944	144.373	(59.757)	68.130	(125.455)	873.235	96.951	95.906

							<u>Depósitos vinculados</u>		
	Nota	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2025	30.06.2025	31.12.2024
Trabalhistas	18.1.1	347.182	7.680	(7.946)	11.437	(11.904)	346.449	74.134	82.190
Cíveis	18.1.2	421.064	157.813	(65.163)	76.880	(116.381)	474.213	12.678	11.656
Fiscais	18.1.3	9.523	-	-	179	-	9.702	-	-
Outras provisões/riscos	18.1.4	5.071	-	-	-	-	5.071	-	-
Total		782.840	165.493	(73.109)	88.496	(128.285)	835.435	86.812	93.846

(*) O saldo de depósitos judiciais registrado no ativo, na rubrica "Depósitos vinculados", totaliza R\$ 336.847 em 30 de junho de 2026, dos quais R\$ 96.951 referem-se a processos classificados como de perda provável (R\$ 325.001 e R\$ 95.906, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.1.1 Processos trabalhistas

A Companhia mantém em 30 de junho de 2026, 559 processos com prognóstico provável, (611 em 31 de dezembro de 2025), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem, em sua maioria, pedidos de vínculo de emprego com a Companhia, nos processos de terceirizados e, consequente equiparação aos direitos dos empregados da Companhia ou eventuais verbas inadimplidas por seus empregadores.

18.1.2 Processos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. No saldo total de processos cíveis em 30 de junho de 2026, está contemplado o montante de R\$ 1.743 referente as ações indenizatórias individuais relacionadas ao evento climático, conforme detalhado na nota explicativa nº18.2.1 (c).

18.1.3 Processos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

- (a) Autos de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% para os autos de infração, e 20% para execuções fiscais.

18.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	30.06.2026	31.12.2025
Trabalhistas		334.314	320.214
Cíveis	18.2.1	1.870.865	1.814.472
Fiscais	18.2.2	1.444.866	1.410.778
Juizados especiais		329.355	326.930
Regulatórias	18.2.3	68.739	64.895
Total		4.048.139	3.937.289

18.2.1 Processos cíveis

- (a) **ENDICON** – Endicon Engenharia de Instalações e Construções S.A. apresentou uma ação de indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual. A empreiteira, ex-fornecedora da Companhia, alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021, encerrando a fase postulatória e dando início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização.
- (b) **Ação Cível Pública Paraty**: Ação civil pública ajuizada pelo Município de Paraty em 28 de dezembro de 2005, alegando má qualidade do fornecimento de energia no Município. O processo determina a modernização da rede que serve o Município e está em fase de execução de sentença. Atualmente, o caso encontra-se suspenso para buscar tratativas de acordo. O valor envolvido no processo é indeterminado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (c) **Ações indenizatórias Evento climático:** Em decorrência do evento climático do dia 18 de novembro de 2023, encontram-se ativas em 30 de junho de 2026, 697 ações individuais e 18 ações coletivas ajuizadas por representantes Municipais, Ministério Público e Associação, nas quais são pleiteadas medidas liminares para providências de atendimento da distribuidora e fornecimento de informações e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Duas ações coletivas relacionadas a este evento já transitaram em julgado em favor da Companhia. Dessa forma, para o semestre findo em 30 de junho de 2026, para as ações individuais citadas, o valor total pedido é de R\$ 20.245 sendo que R\$ 1.743 foram contabilizados, devido ao risco de perda provável. Ainda não é possível estimar os valores das causas coletivas, pois estão sujeitas a perícias e decisões para liquidação do valor.
- (d) **Ação Civil Pública Ministério Público Federal (Renovação da Concessão):** Em 9 de setembro de 2025, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL com pedido de liminar visando suspender o processo administrativo de prorrogação do contrato de concessão, sem licitação, alegando má prestação do serviço. O juiz de Niterói, onde a ação foi ajuizada, declinou da competência do processo e o remeteu a um juiz federal da capital do estado do Rio de Janeiro, sob o fundamento de que o pedido ultrapassa a região de Niterói, visto que a concessão da Companhia abrange 66 municípios. A juíza da 35ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ declinou da competência e suscitou conflito negativo de competência ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O Ministério Público opinou pela competência da Vara da Capital. Foi proferida decisão em 05 de maio de 2026 negando os pedidos de liminar e determinando que o Ministério Público Federal retificasse o valor atribuído à causa. O Ministério Público Federal em 18 de maio de 2026 interpôs agravo de instrumento contra a decisão que negou a liminar. Em 15 de junho de 2026, a Companhia apresentou contrarrazões ao agravo de instrumento. Não há decisão judicial sobre o mérito da ação. O valor envolvido na ação é indeterminado.
- (e) **Ação popular contra a ANEEL e as distribuidoras de energia – Renovação das concessões** Em 30 de abril de 2026 a Companhia foi citada em ação ajuizada por determinados cidadãos contra a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), seus administradores e as 19 empresas distribuidoras de energia do país, com o objetivo de impedir a renovação dos contratos de concessão e impor condições mais rigorosas, não previstas em lei, relacionadas ao pagamento prévio de sanções e à verificação dos indicadores de qualidade da prestação do serviço. Em relação ao pedido de tutela, os autores requereram a suspensão dos procedimentos de renovação em curso, pedido que foi indeferido em primeira instância. O recurso da referida decisão encontra-se pendente de julgamento. O valor da causa é indeterminado.
- (f) **Ação Popular (Reajuste Tarifário):** Em 13 de março de 2026 a ação popular foi ajuizada por Luiz Lindbergh Farias Filho contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Ampla Energia e Serviços S.A. e a Light Serviços de Eletricidade S.A., com o objetivo de impugnar os reajustes tarifários aprovados em março de 2026 no Estado do Rio de Janeiro. Sustenta-se que os reajustes (aproximadamente 15,46% para a Enel RJ) violariam o princípio da modicidade tarifária, sobretudo em contexto de recuperação de créditos tributários relevantes decorrentes da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, que teriam sido originalmente suportados pelos consumidores. Há pedido liminar para suspensão imediata da eficácia dos reajustes tarifários até o exame da legalidade do ato regulatório, o qual ainda não foi analisado pelo Judiciário. O valor envolvido na ação é indeterminado.
- (g) **CIBRAN:** A CIBRAN apresentou ações judiciais pleiteando indenização por problemas no fornecimento de energia ocorridos no período compreendido entre os anos de 1987 e 1999 e em alguns dias do ano de 2002. O valor envolvido é indeterminado.
- (h) **Ação Civil Pública Cachoeira de Macacu** - A Ação Civil Pública foi ajuizada em 11 de fevereiro de 2010 pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e pelo Município de Cachoeiras de Macacu em razão de alegadas falhas na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica. Em 04 de março de 2010, foi deferida liminar impondo à Companhia obrigações de manutenção de estrutura permanente de atendimento no município, posteriormente confirmadas pela sentença em 19 de maio de 2016. Na fase de cumprimento de sentença, iniciada em março de 2022, foi promovida a execução de multas por suposto descumprimento das obrigações, alcançando aproximadamente R\$ 63.200 em novembro de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2023, com determinação de bloqueio de valores posteriormente suspensa por decisão judicial. Atualmente, o processo permanece suspenso para tratativas de acordo, enquanto a Companhia sustenta o cumprimento das obrigações impostas e prossegue na produção de provas técnicas em sua defesa. A controvérsia remanescente concentra-se na fase executiva, especialmente quanto à caracterização do alegado descumprimento e à exigibilidade e quantificação das multas cominatórias, materiais que continuam submetidas à apreciação judicial. O valor envolvido na ação é indeterminado.

18.2.2 Processos fiscais

A Companhia é parte em processos de natureza fiscal, nas esferas administrativa e judicial, decorrentes da aplicação e interpretação da legislação tributária federal, estadual e municipal.

18.2.2.1 Temas federais

A Companhia é parte em processos de natureza tributária federal, que envolvem, principalmente, Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), relacionado à tributação de rendimentos financeiros remetidos ao exterior, além de outros temas associados a Imposto de Renda, PIS e COFINS. Em 30 de junho de 2026 o valor envolvido é de R\$ 715.643 (R\$ 701.966 em 31 de dezembro de 2025).

18.2.2.2 Temas estaduais

No âmbito estadual, as discussões referem-se, predominantemente, ao ICMS, abrangendo temas relacionados a creditamento, compensação de créditos, tributação de determinadas operações, aplicação de multas formais e divergências quanto à incidência do imposto em operações do setor elétrico.

18.2.2.3 Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute processos envolvendo, principalmente, ISS, Taxas de Uso do Solo, Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e outros tributos municipais, originados de execuções fiscais e autos de infração.

18.2.2.4 Processos regulatórios

A Companhia é parte em processos de natureza regulatória, em fase judicial, decorrentes de autos de infração emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, relacionados à aplicação de normas e critérios regulatórios do setor elétrico. De forma agregada, tais autos envolvem discussões sobre indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica, cumprimento de metas regulatórias, critérios de apuração e aplicação de penalidades, bem como outros aspectos inerentes à prestação do serviço público e ao atendimento aos consumidores.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, na forma do Art. 168 da Lei nº 6.404/76, por mera deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 9.500.000, mediante a emissão das ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do Art. 172 da Lei nº 6.404/76.”

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social é de R\$ 8.553.230, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.06.2026		31.12.2025	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	452.732.311	99,89%	452.732.311	99,89%
Outros	491.632	0,11%	491.632	0,11%
Total	453.223.943	100,00%	453.223.943	100,00%

19.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

19.3 Reserva de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

19.4 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em lucros/prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes. Em 30 de junho de 2026, todos os instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa foram liquidados, dessa forma, não há saldo em outros resultados abrangentes.

	30.06.2026	30.06.2025
Outros resultados abrangentes - plano de pensão	20.604	(17.741)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.005)	6.032
Ganhos/perdas atuariais, líquido	13.599	(11.709)
Outros resultados abrangentes - derivativos	-	2.811
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(956)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	1.855
Total	13.599	(9.854)

19.5 Dividendos a pagar

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar, no montante de R\$ 236.643. O referido saldo será liquidado conforme disponibilidade de caixa da Companhia e não é prevista incidência de qualquer atualização monetária.

20. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Lucro líquido (prejuízo) do período	(61.326)	48.309	(67.366)	(17.561)
Número de ações	453.223.943	453.223.943	389.407.507	389.407.507
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	(0,1353)	0,1066	(0,1730)	(0,0451)

21. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos trimestres:

	01.04.2026 a 30.06.2026			01.04.2025 a 30.06.2025		
	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	2.882.756	1.231.205	1.263.801	2.863.601	1.212.609	1.105.080
Industrial	3.085	18.314	171.937	3.077	22.377	149.369
Comercial	145.794	256.496	556.781	140.919	269.952	479.725
Rural	63.585	29.003	65.498	63.976	30.046	58.401
Poder público	14.695	115.573	212.673	14.378	115.590	182.076
Iluminação pública	2.550	118.105	73.476	2.578	125.099	65.536
Serviço público	3.393	15.639	48.956	3.242	19.049	46.311
Suprimento e revenda	12	105.710	15.901	13	106.836	14.654
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.443.290)	-	-	(1.171.250)
Total faturado	3.115.870	1.890.046	965.733	3.091.784	1.901.557	929.902
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	(49.723)	-	-	(83.602)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	1.443.290	-	-	1.171.250
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	4.805	1.057.536	393.388	4.153	1.008.551	331.975
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(28.586)	-	-	(14.341)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	3.120.675	2.947.582	2.724.102	3.095.937	2.910.108	2.335.184
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	148.101	-	-	142.526
Subvenção baixa renda	-	-	92.961	-	-	71.537
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	48.129	-	-	194.164
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	154.805	-	-	71.663
Receita de construção	-	-	492.347	-	-	388.421
Outras receitas	-	-	73.393	-	-	93.815
Total de outras receitas	-	-	1.009.736	-	-	962.126
Receita operacional bruta	3.120.675	2.947.582	3.733.838	3.095.937	2.910.108	3.297.310
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(19.424)	-	-	(17.923)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(275.006)	-	-	(211.393)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(8.250)	-	-	(35.494)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(2.647)	-	-	(2.791)
ICMS	-	-	(680.538)	-	-	(565.152)
COFINS	-	-	(189.721)	-	-	(167.814)
PIS	-	-	(41.189)	-	-	(36.433)
ISS	-	-	(475)	-	-	(973)
Total deduções da receita	-	-	(1.217.250)	-	-	(1.037.973)
Total	3.120.675	2.947.582	2.516.588	3.095.937	2.910.108	2.259.337

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2026
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos semestres:

	01.01.2026 a 30.06.2026			01.01.2025 a 30.06.2025		
	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	2.882.756	2.669.444	1.736.967	2.863.601	2.735.688	1.747.441
Industrial	3.085	34.034	335.445	3.077	48.223	329.486
Comercial	145.794	533.850	1.097.536	140.919	588.134	1.044.791
Rural	63.585	59.939	130.079	63.976	65.456	125.242
Poder público	14.695	227.921	410.266	14.378	240.189	387.237
Iluminação pública	2.550	236.160	139.205	2.578	250.131	133.849
Serviço público	3.393	31.419	98.210	3.242	36.388	97.088
Suprimento e revenda	12	208.190	30.472	13	206.232	30.285
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.858.977)	-	-	(2.599.701)
Total faturado	3.115.870	4.000.958	1.119.203	3.091.784	4.170.440	1.295.718
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	746.748	-	-	579.752
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.858.977	-	-	2.599.701
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	4.805	2.101.178	734.105	4.153	2.003.375	685.236
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(49.130)	-	-	(46.943)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	3.120.675	6.102.136	5.409.903	3.095.937	6.173.815	5.113.464
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	298.808	-	-	245.363
Subvenção baixa renda	-	-	185.147	-	-	152.951
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	386.499	-	-	141.357
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	330.491	-	-	233.497
Receita de construção	-	-	918.527	-	-	729.917
Outras receitas	-	-	105.182	-	-	122.106
Total de outras receitas	-	-	2.224.654	-	-	1.625.191
Receita operacional bruta	3.120.675	6.102.136	7.634.557	3.095.937	6.173.815	6.738.655
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(39.233)	-	-	(36.036)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(575.118)	-	-	(441.277)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(22.462)	-	-	(38.081)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(5.368)	-	-	(5.303)
ICMS	-	-	(1.347.103)	-	-	(1.243.970)
COFINS	-	-	(378.122)	-	-	(332.752)
PIS	-	-	(81.903)	-	-	(72.242)
ISS	-	-	(1.163)	-	-	(1.941)
Total deduções da receita	-	-	(2.450.472)	-	-	(2.171.602)
Total	3.120.675	6.102.136	5.184.085	3.095.937	6.173.815	4.567.053

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.06.2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

22. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

Nos trimestres:

01.04.2026 a 30.06.2026					
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais
Pessoal		(70.367)	(12.365)	-	-
Material		(16.475)	(1.433)	-	-
Material - partes relacionadas	25	(58)	-	-	-
Serviços		(137.630)	(23.896)	-	-
Serviços - partes relacionadas	25	-	(4.840)	-	-
Energia elétrica comprada para revenda		(802.398)	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	25	(20.236)	-	-	-
Encargos do uso do sistema de transmissão		(381.045)	-	-	-
Seguros		(779)	(24)	-	-
Depreciação e amortização		(149.440)	(21.659)	-	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(22.516)	-
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(115.320)	-
Custo de construção		(492.347)	-	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(34.703)	-	-
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	33.652
Outras receitas (despesas) operacionais		(33.668)	18.738	-	(289)
Total		(2.104.443)	(80.182)	(137.836)	33.363
					(2.289.098)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

01.04.2025 a 30.06.2025

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(52.787)	(4.920)	-	-	(57.707)
Material		(11.068)	(940)	-	-	(12.008)
Serviço de terceiros		(163.068)	(26.950)	-	-	(190.018)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	25	-	307	-	-	307
Energia elétrica comprada para revenda		(821.512)	-	-	-	(821.512)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	25	(15.562)	-	-	-	(15.562)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(288.681)	-	-	-	(288.681)
Seguros		(1.834)	(3)	-	-	(1.837)
Depreciação e amortização		(230.877)	(15.643)	-	-	(246.520)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(52.358)	-	(52.358)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(55.910)	(2.104)	(58.014)
Custo de construção		(388.421)	-	-	-	(388.421)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(32.411)	-	-	(32.411)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	22.821	22.821
Outras receitas (despesas) operacionais		(27.722)	7.425	-	(15.066)	(35.363)
Total		(2.001.532)	(73.135)	(108.268)	5.651	(2.177.284)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.06.2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

Nos semestres:

01.01.2026 a 30.06.2026						
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(144.462)	(33.665)	-	-	(178.127)
Material		(23.009)	-	-	-	(23.009)
Material - partes relacionadas	25	(58)	-	-	-	(58)
Serviços		(312.145)	(45.605)	-	-	(357.750)
Serviços - partes relacionadas	25	-	(23.037)	-	-	(23.037)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.761.517)	-	-	-	(1.761.517)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	25	(43.928)	-	-	-	(43.928)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(709.355)	-	-	-	(709.355)
Seguros		(1.560)	(49)	-	-	(1.609)
Depreciação e amortização		(304.536)	(37.213)	-	-	(341.749)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(2.390)	-	(2.390)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(243.555)	-	(243.555)
Custo de construção		(918.527)	-	-	-	(918.527)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(63.329)	-	-	(63.329)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	63.628	63.628
Outras receitas (despesas) operacionais		(50.059)	29.740	-	(807)	(21.126)
Total		(4.269.156)	(173.158)	(245.945)	62.821	(4.625.438)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.06.2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

01.01.2025 a 30.06.2025

			Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas operacionais	Total
	Nota	Custo				
Pessoal		(101.672)	(14.984)	-	-	(116.656)
Material		(16.743)	(940)	-	-	(17.683)
Serviços		(299.743)	(53.402)	-	-	(353.145)
Serviços - partes relacionadas	25	-	307	-	-	307
Energia elétrica comprada para revenda		(1.600.336)	-	-	-	(1.600.336)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	25	(31.631)	-	-	-	(31.631)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(607.769)	-	-	-	(607.769)
Seguros		(7.455)	(28)	-	-	(7.483)
Depreciação e amortização		(424.149)	(31.414)	-	-	(455.563)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(88.849)	-	(88.849)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(130.353)	-	(130.353)
Custo de construção		(729.917)	-	-	-	(729.917)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(67.188)	-	-	(67.188)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	44.744	44.744
Outras receitas (despesas) operacionais		(46.884)	13.726	-	(15.066)	(48.224)
Total		(3.866.299)	(153.923)	(219.202)	29.678	(4.209.746)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



22.1 Custo do serviço de energia elétrica

22.1.1 Energia elétrica comprada para revenda

		01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
	Nota				
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		(125.663)	(330.712)	(95.465)	(148.287)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's		(476.187)	(1.016.342)	(430.430)	(897.025)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's - partes relacionadas	25	(17.562)	(38.619)	(12.986)	(26.399)
Regime de Contas de Garantia - CCGF		(58.293)	(115.709)	(68.965)	(138.013)
Regime de Contas de Garantia - CCGF - partes relacionadas	25	(2.673)	(5.309)	(2.576)	(5.232)
Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear		(15.745)	(35.257)	(28.667)	(57.183)
Risco hidrológico		(49.012)	(55.583)	(55.033)	(45.135)
Exposição involuntária		(50.049)	(125.886)	(44.055)	(123.933)
Itaipu Binacional		(90.993)	(182.641)	(110.558)	(219.121)
Geração distribuída	22.1.1	34.715	37.482	(8.769)	(8.769)
Outros		(480)	(970)	(517)	(999)
(-) Crédito de PIS e COFINS		54.977	115.438	51.174	98.583
		(796.965)	(1.754.108)	(806.847)	(1.571.513)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(25.669)	(51.337)	(30.227)	(60.454)
Total		(822.634)	(1.805.445)	(837.074)	(1.631.967)

22.1.1 A Geração Distribuída - GD permite ao consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa.

22.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão

	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Uso da rede elétrica	(235.060)	(469.268)	(202.866)	(408.480)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS / EER	(99.749)	(135.380)	(32.227)	(88.986)
Encargos de conexão	(18.131)	(33.785)	(15.690)	(31.023)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(85.612)	(164.011)	(81.041)	(162.498)
(-) Crédito de PIS e COFINS	57.507	93.089	43.143	83.218
Total	(381.045)	(709.355)	(288.681)	(607.769)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23. Resultado financeiro

	Nota	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras		6.772	10.566	5.711	9.844
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes		10.736	19.339	10.391	19.661
Dívida - marcação a mercado		-	-	-	596
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado		1.368	2.877	-	-
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		25.114	181.142	9.460	33.901
Atualização monetária dos depósitos judiciais		2.340	4.459	2.033	4.811
Atualização de créditos tributários	23.1	4.038	8.028	11.961	32.244
Outras receitas financeiras		2.970	3.276	(649)	2.288
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(4.520)	(14.832)	(4.026)	(9.109)
		48.818	214.855	34.881	94.236
Despesas financeiras					
Dívida - marcação a mercado		(6.119)	(7.349)	-	-
Custo de transação		(7.462)	(9.732)	-	-
Encargos de dívidas		(65.211)	(235.002)	-	-
Variação monetária de processos judiciais e outros		(23.368)	(68.130)	(28.712)	(88.496)
Encargos fundo de pensão		(10.794)	(20.937)	(2.582)	(6.184)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado		(8.023)	(8.023)	-	(524)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros		(16.188)	(21.082)	-	(4.798)
Encargos de mútuos		(103.034)	(103.034)	(171.185)	(317.280)
Cartas de fiança e seguros em garantia		(8.669)	(13.214)	(2.119)	(5.718)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(59)	(11.734)	(1.891)	(6.056)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		(83.265)	(161.108)	(13.320)	(37.665)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(8.272)	(13.684)	(6.880)	(14.051)
Deságio financeiro - subsídio CDE	8.2	(37.880)	(47.022)	-	-
Outras despesas financeiras		(16.135)	(30.500)	(12.502)	(49.506)
		(394.479)	(750.551)	(239.191)	(530.278)
Variações cambiais líquidas					
Variações cambiais de dívidas		(6.427)	7.995	-	25.030
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		6.427	(7.995)	-	(25.050)
Outras variações cambiais		643	724	(2.580)	(2.690)
		643	724	(2.580)	(2.710)
Total		(345.018)	(534.972)	(206.890)	(438.752)

23.1 Contempla atualização dos créditos a compensar, relacionados à exclusão da atualização pela Taxa SELIC sobre indébitos tributários (tema 962). O montante registrado de atualização, no semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025 foi de R\$ 2.655 e R\$ 21.348 respectivamente – vide nota explicativa nº 24.1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Nos trimestres:

	01.04.2026 a 30.06.2026		01.04.2025 a 30.06.2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	-	-	4.415	1.594
Diferidos	41.327	14.875	37.844	13.618
	41.327	14.875	42.259	15.212
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(117.528)	(117.528)	(124.837)	(124.837)
Adições:				
Gratificação a administradores	304	304	400	400
Correção Monetária Especial - CME	(30)	29	-	39
Perdas indedutíveis no contas a receber	2.385	2.385	15.067	15.067
Multas indedutíveis	(1.888)	(1.888)	(155)	(155)
Receita financeira - Juros Selic	(48.579)	(48.579)	(59.511)	(59.536)
Total das adições	(47.808)	(47.749)	(44.199)	(44.185)
Base de cálculo	(165.336)	(165.277)	(169.036)	(169.022)
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	41.327	14.875	42.259	15.212
Total	41.327	14.875	42.259	15.212
Alíquota efetiva	35,16%	12,66%	33,85%	12,19%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

Nos semestres:

	01.01.2026 a 30.06.2026		01.01.2025 a 30.06.2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Diferidos	18.117	6.517	46.979	16.905
Total	18.117	6.517	46.979	16.905
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	23.675	23.675	(81.445)	(81.445)
Adições:				
Gratificação a administradores	773	773	787	787
Correção Monetária Especial - CME	-	59	-	80
Perdas indedutíveis no contas a receber	2.385	2.385	15.067	15.067
Multas indedutíveis	-	-	2.826	2.826
Receita financeira - Juros Selic	(99.301)	(99.301)	(125.151)	(125.151)
Total das adições	(96.143)	(96.084)	(106.471)	(106.391)
Base de cálculo	(72.468)	(72.409)	(187.916)	(187.836)
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	18.117	6.517	46.979	16.905
Total	18.117	6.517	46.979	16.905
Alíquota efetiva	76,52%	27,53%	57,68%	20,76%

(b) Imposto diferido:

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão, considerando a sua renovação, vide nota 1.2. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

Nota	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	30.06.2026	31.12.2025	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	458.295	519.924	(61.629)	74.527	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	4.993	4.513	480	968	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.091.023	915.364	175.659	36.534	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	296.900	287.621	9.279	17.883	-	-
Benefício pós-emprego	280.486	287.491	-	-	(7.005)	6.032
Instrumentos financeiros derivativos	14.647	512	14.135	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	-	-	-	-	(956)
Provisão para materiais e serviços	16.478	22.534	(6.055)	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	58.487	58.487	-	-	-	-
Compartilhamento Infraestrutura	62.306	42.684	19.622	-	-	-
Outras provisões	(5.799)	8.690	(14.489)	(3.202)	-	-
	2.277.816	2.147.820	137.002	126.710	(7.005)	5.076
Tributos diferidos passivos:						
Atualização do ativo financeiro da concessão	(1.083.524)	(971.156)	(112.368)	(79.389)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	-	-	-	16.563	-	-
Outros	(287)	(287)	-	-	-	-
	(1.083.811)	(971.443)	(112.368)	(62.826)	-	-
Total	1.194.005	1.176.377	24.634	63.884	(7.005)	5.076

24.1 Em dezembro de 2024, a Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou (i) imposto a compensar no montante de R\$ 78.783, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, e (ii) R\$ 536.631 de tributo diferido ativo referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, ambos relacionados com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 16.

Quanto ao referido tributo diferido ativo, não ocorreram compensações no semestre findo em 30 de junho de 2026. O saldo atualizado do imposto a compensar é de R\$ 111.034 em 30 de junho de 2026.

25. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com o Módulo V da Resolução Normativa nº 948/2021.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

25.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	01.01.2026 a 30.06.2026		01.01.2025 a 30.06.2025	
		Passivo	Passivo	Despesas	Receitas (despesas)
Dividendos a pagar	Indeterminado	(236.643)	(236.643)	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	Março de 2029	(24.995)	(18.990)	(6.005)	(4.924)
Compartilhamento de recursos humanos	Fevereiro de 2024	(54.918)	(27.827)	(27.091)	2.222
Mútuo	Vide nota 15	(427.686)	(1.479.746)	(87.244)	(296.285)
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2030	(265.746)	(243.191)	(22.555)	(18.637)
Contratos de Prestação de Serviços Técnicos de TI	Junho de 2030	(147.868)	(119.779)	(158)	(14.095)
Comissão de fiança	Fevereiro de 2025	-	-	-	(90)
Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Administrativos, Financeiros e de Suporte	Fevereiro de 2030	(7.216)	(4.694)	(2.522)	-
Contábil					
Total		(1.165.072)	(2.130.870)	(145.575)	(331.809)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

25.2 Empresas de controle comum

		30.06.2026	31.12.2025	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025	
Natureza da operação	Vigência	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)	
Benefício pós-emprego						
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	(324.244)	(346.046)	(21.131)	(8.081)	
		(324.244)	(346.046)	(21.131)	(8.081)	
Suprimento de energia - CCEAR						
EGP Cabeça de Boi S.A.	Até dezembro de 2047	(125)	(135)	(658)	(636)	
EGP Fazenda S.A.	Até dezembro de 2047	(95)	(101)	(440)	(426)	
EGP Morro do Chapéu I Eólica	Até o final da concessão	(336)	(147)	(811)	(775)	
EGP Morro do Chapéu II Eólica	Até o final da concessão	(323)	(160)	(752)	(719)	
EGP Mourão S.A.	Até janeiro de 2046	(25)	(28)	(151)	(150)	
EGP Paranapanema S.A.	Até janeiro de 2046	(90)	(98)	(537)	(532)	
EGP Salto Apicás S.A.	Até dezembro de 2047	(206)	(222)	(1.085)	(1.049)	
EGP Ventos Santa Angela 01	Até dezembro de 2042	(175)	(158)	(798)	(746)	
EGP Ventos Santa Angela 02		(181)	(164)	(822)	(771)	
EGP Ventos Santa Angela 03		(178)	(160)	(810)	(757)	
EGP Ventos Santa Angela 04		(170)	(152)	(778)	(724)	
EGP Ventos Santa Angela 05		(273)	(161)	(826)	(768)	
EGP Ventos Santa Angela 06		(182)	(164)	(828)	(774)	
EGP Ventos Santa Angela 07		(130)	(118)	(594)	(555)	
EGP Ventos Santa Angela 08		(164)	(147)	(751)	(699)	
EGP Ventos Santa Angela 09		(278)	(143)	(737)	(685)	
EGP Ventos Santa Angela 10		(155)	(138)	(707)	(658)	
EGP Ventos Santa Angela 11		(252)	(131)	(669)	(623)	
EGP Ventos Santa Angela 14		(154)	(138)	(700)	(654)	
EGP Ventos Santa Angela 15		(262)	(154)	(778)	(727)	
EGP Ventos Santa Angela 17		(309)	(151)	(765)	(714)	
EGP Ventos Santa Angela 19		(156)	(140)	(712)	(664)	
EGP Ventos Santa Angela 20		(175)	(158)	(799)	(746)	
EGP Ventos Santa Angela 21		(154)	(138)	(705)	(656)	
EGP Ventos Santa Esperança 13		(220)	(106)	(497)	(478)	
EGP Ventos Santa Esperança 15		(218)	(104)	(492)	(471)	
EGP Ventos Santa Esperança 17		(205)	(96)	(466)	(444)	
EGP Volta Grande S.A.		Até fevereiro de 2047	(766)	(838)	(4.621)	(4.550)
EGP Zeus II-Delfina VIII		Até dezembro de 2042	(165)	(154)	(750)	(710)
Enel Trading Brasil S.A.		Até dezembro de 2026	(5.124)	(1.008)	(19.889)	(8.796)
		(11.246)	(5.712)	(43.928)	(31.657)	
Compra e venda de estoque						
Companhia Energética do Ceará - COELCE		Até Agosto de 2027	(1.772)	(4.100)	-	-
		(1.772)	(4.100)	-	-	
Comissão (propaganda e publicidade - venda em fatura de energia)						
Enel X Brasil S.A.	Maio de 2028	-	(8.751)	-	-	
		-	(8.751)	-	-	
Compartilhamento de recursos humanos						
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Fevereiro de 2024	2.928	2.928	-	(847)	
Enel Green Power Volta Grande S.A.		781	781	-	-	
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(170)	(170)	-	-	
Companhia Energética do Ceará - COELCE		2.404	2.404	-	-	
		5.943	5.943	-	(847)	
Repasse de custos						
Enel X Brasil S.A.	Até maio de 2028	6.124	-	802	(68)	
ENEL SPA		-	-	-	307	
		6.124	-	802	239	
Compartilhamento de infraestrutura						
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Março de 2029	(3.471)	(2.315)	(1.156)	-	
		(3.471)	(2.315)	(1.156)	-	
Reembolso expatriados						
Enel North America INC	Até dezembro de 2025	-	-	-	-	
Enel Grids s.r.l.		(560)	(609)	-	-	
Enel Endesa S.A.		(220)	(239)	-	-	
Enel SPA		547	547	-	-	
		(233)	(301)	-	-	
Mútuo						
Enel CIEN S.A.	Vide nota 15	(235.675)	(219.884)	(15.790)	-	
		(235.675)	(219.884)	(15.790)	-	
Total		(564.574)	(581.166)	(81.203)	(40.346)	

Suprimento de energia – CCEAR: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Compartilhamento: O contrato de compartilhamento decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 do Módulo V da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 e reembolso do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 1.373, publicado em 16 de maio de 2025. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuos: As informações sobre os contratos de mútuos, encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 15.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	1.117	2.076	904	1.894
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	144	291	142	287
Total	1.261	2.367	1.046	2.181

26. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.06.2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



26.1 Instrumentos financeiros

26.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			30.06.2026		31.12.2025	
	Categoria	Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	188.637	188.637	316.498	316.498
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	144	144	137	137
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	2.724.631	2.724.631	2.750.908	2.750.908
Créditos a receber - subvenção e outros	Custo amortizado	2	140.281	140.281	152.837	152.837
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	336.847	336.847	325.001	325.001
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado	2	623.797	623.797	520.184	520.184
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Valor justo por meio do resultado	3	1.124.718	1.124.718	1.045.643	1.045.643
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio do resultado	3	10.655.524	10.655.524	9.727.199	9.727.199
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	2.662	2.662	-	-
Total do ativo			15.797.241	15.797.241	14.838.407	14.838.407
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.725.983	1.725.983	2.156.541	2.156.541
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	-	-	136.054	136.054
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	4.163.206	4.202.401	4.055.223	4.024.976
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio do resultado	2	1.032.162	1.032.162	177.588	170.816
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	139.878	139.878	172.178	172.178
Consumidores - desconto CDE	Custo amortizado	2	437.709	437.709	94.306	94.306
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	40.549	40.549	3.664	3.664
Total do passivo			7.539.487	7.578.682	6.795.554	6.758.535

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 26.2 Hierarquia do valor justo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment* grade (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2026 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
BNP PARIBAS 4131 III	29/12/25	29/12/26	Fair Value Hedge	EUR + 3,65%	CDI + 0,60%	180.000
HSBC 4131	11/05/26	10/11/27	Fair Value Hedge	CHF + 1,67%	CDI + 1,25%	497.163
Credit Agricole 4131 - Ampla	09/06/26	03/12/27	Fair Value Hedge	EUR + 4,05%	CDI + 1,25%	363.284
Total						1.040.448

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2024	46.498
Juros provisionados	(4.798)
Variação cambial	(25.050)
Marcação a mercado no resultado	(524)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	2.811
Recebimento de principal	(54.401)
Pagamento de juros	35.464
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(3.664)
Juros provisionados	(21.082)
Variação cambial	(7.995)
Marcação a mercado no resultado	(5.146)
Saldo em 30 de junho de 2026	(37.887)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de junho de 2026, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Resultado financeiro
BNP PARIBAS 4131 III	(28.917)	(28.591)	(325)
HSBC 4131	(6.257)	(1.952)	(4.305)
Credit Agricole 4131 - Ampla	(2.713)	1.005	(3.718)
Total	(37.887)	(29.538)	(8.348)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

(i) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do *hedge* de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do *hedge* a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	30.06.2026	Categoria
BNP PARIBAS 4131 III	EUR + 3,65%	164.699	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 3,65%	(164.350)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,60%	193.267	Fair value hedge
		193.615	
HSBC 4131	CHF + 1,67%	501.047	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	CHF + 1,67%	(438.410)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	444.667	Fair value hedge
		507.305	
Credit Agricole 4131 - Ampla	EUR + 4,05%	366.417	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 4,05%	(361.235)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	363.948	Fair value hedge
		369.130	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de junho de 2026, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

26.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

26.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros),

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii), ativo financeiro setorial; (iv) ativo contratual (infraestrutura em construção); e (v) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de junho de 2026 é:

	Nota	30.06.2026	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	188.637	316.498
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	144	137
Contas a receber de clientes	b.1.2	2.724.631	2.750.908
Depósitos vinculados	b.1.1	336.847	325.001
Ativo financeiro setorial	b.1.3	1.008.884	970.773
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	b.1.3	1.124.718	1.045.643
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	10.655.524	9.727.199
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.4	37.887	(3.664)
Total		16.077.272	15.132.495

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de junho de 2026, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.06.2026	31.12.2025
AAA	170.739	256.431
AA	801	756
Total	171.540	257.187
Instrumentos financeiros derivativos	30.06.2026	31.12.2025
AAA	37.887	(3.664)
Total	37.887	(3.664)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o saldo de contas a receber, utilizando uma ferramenta de monitoramento de crédito. As informações geradas por essa ferramenta são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o perfil de inadimplência e as ações corretivas necessárias.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

	30.06.2026	31.12.2025
Empréstimos e financiamentos	5.195.368	4.368.865
Instrumentos financeiros derivativos	37.887	3.664
Dívida	5.233.255	4.372.529
Caixa e equivalentes de caixa	(188.637)	(316.498)
Títulos e valores mobiliários	(144)	(137)
Dívida líquida (a)	5.044.474	4.055.894
Patrimônio líquido (b)	9.946.006	9.884.098
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	33,65%	29,10%

O índice de endividamento em 30 de junho de 2026 é de 33,65% (29,10% em 31 de dezembro de 2025), calculados pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a preservar máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A área de Controle de Riscos do Grupo estabelece nível mínimo de caixa para asseguarção dos recursos financeiros, conforme procedimentos regidos pela política de controle de risco financeiro. Há monitoramento contínuo do fluxo de caixa. As informações são reportadas semanalmente, permitindo atualização constante sobre o desempenho do fluxo de caixa e as ações corretivas necessárias.

A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2026 era de R\$ 80.000.

A Companhia conta com o apoio financeiro do Grupo Enel, por meio da Enel Brasil e de várias de suas subsidiadas, que disponibilizaram recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências prévias da ANEEL, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021.

Os mútuos que venceram no 2º trimestre de 2026 foram liquidados e a Companhia segue avaliando as opções financeiras para liquidação de mútuos nos próximos vencimentos de 2026.

Para a realização de financiamentos com bancos e captações no mercado de capitais, a Companhia pode utilizar, quando necessário e conveniente, a garantia da Enel Brasil e, eventualmente, de outras empresas do Grupo, requerendo a aprovação da ANEEL, caso necessário, conforme a regulamentação vigente

A capacidade de suporte financeiro pelo Grupo é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez, a qual permitiu a realização de operações de mútuos e eventuais aportes de capital realizados nos últimos anos. Tal capacidade de suporte se manteve na posição verificada em 30 de junho de 2026 dos controladores, e prospectivamente por meio de contrato de linha de crédito firmado entre Enel Américas SA. e a Enel Brasil S.A. em 20 de abril de 2026, no montante de USD 2.000.000.

Em 24 de abril de 2026, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings revisou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil de AAA (bra) para 'AA+ (bra)', com perspectiva negativa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	total
Fornecedores	13	1.270.433	170.686	219.438	93.010	1.753.567
Empréstimos e financiamentos - pré-fixados		-	-	178.897	873.889	1.052.786
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	15	-	243.843	3.028.813	572.688	3.845.344
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas		-	-	299.412	452.844	752.256
Instrumentos financeiros derivativos		-	9.447	96.440	74.207	180.094
Total		1.270.433	423.976	3.823.000	2.066.638	7.584.047

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros e/ou outros indexadores, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de juros e da utilização de uma ferramenta de monitoramento das dívidas, onde há limite anual estabelecido. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de juros e as ações corretivas necessárias.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía 98,95% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI).

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.06.2026	%	31.12.2025	%
Selic	144	0,08%	137	0,05%
CDI	171.396	99,92%	257.050	99,95%
Total	171.540	100,00%	257.187	100,00%

Ativo indenizável	30.06.2026	%	31.12.2025	%
IPCA	10.655.524	100,00%	9.727.199	100,00%
Total	10.655.524	100,00%	9.727.199	100,00%

Empréstimos, financiamentos e derivativos	30.06.2026	%	31.12.2025	%
CDI	5.178.498	98,95%	4.374.789	100,05%
Taxa fixa	54.757	1,05%	(2.260)	-0,05%
Total	5.233.255	100,00%	4.372.529	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia pode, eventualmente, adotar como estratégia a diversificação de indexadores e, ocasionalmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 30 de junho de 2026 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

	30.06.2026	Projeção receitas financeiras - um ano
		Cenário I (-50%)
Ativos financeiros		
Selic		7,01%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	144	10
CDI		7,01%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	171.396	12.015
IPCA		2,75%
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10.655.524	293.027
Total	10.827.064	305.052

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 15.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

		Projeção despesas financeiras - um ano				
Dívidas	30.06.2026	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Mútuo Ampla - Enel BR 59	(114.073)	(4.508)	(6.364)	(8.166)	(9.918)	(11.622)
Mútuo Ampla - Enel BR 60	(45.216)	(1.843)	(2.579)	(3.293)	(3.988)	(4.664)
Mútuo Ampla - Enel BR 62	(45.000)	(2.113)	(2.967)	(3.796)	(4.602)	(5.387)
Mútuo Ampla - Enel BR 67	(44.453)	(3.511)	(4.956)	(6.360)	(7.724)	(9.052)
Mútuo Ampla - Enel BR 68	(74.045)	(5.849)	(8.255)	(10.593)	(12.866)	(15.077)
Mútuo Ampla - Enel BR 69	(34.167)	(2.784)	(3.895)	(4.973)	(6.022)	(7.043)
Mútuo I Ampla - CIEN	(103.652)	(7.732)	(11.100)	(14.371)	(17.552)	(20.646)
Mútuo II Ampla - CIEN	(132.023)	(9.823)	(14.112)	(18.278)	(22.329)	(26.270)
Mútuo Ampla - Enel BR 70	(70.731)	(5.218)	(7.326)	(9.373)	(11.364)	(13.300)
MUFG 4131 - Ampla I	(210.368)	(2.591)	(3.737)	(4.849)	(5.931)	(6.983)
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA I	(216.581)	(13.952)	(19.818)	(25.516)	(31.055)	(36.445)
MUFG 4131 - AMPLA II	(132.620)	(9.446)	(13.397)	(17.234)	(20.966)	(24.596)
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA II	(132.448)	(9.832)	(13.779)	(17.613)	(21.340)	(24.967)
DEUTSCHE BANK CCB 26.01.2026	(319.171)	(25.624)	(35.999)	(46.077)	(55.874)	(65.407)
Bank Of America 4131 - AMPLA I	(243.327)	(12.132)	(18.328)	(24.347)	(30.199)	(35.892)
Bank Of America 4131 - AMPLA II	(156.845)	(11.801)	(17.791)	(23.609)	(29.265)	(34.769)
DEUTSCHE BANK 4131 - AMPLA III	(255.107)	(19.634)	(27.238)	(34.624)	(41.805)	(48.792)
2º Notas Comerciais - Enel Rio - 1800MBRL	(1.846.789)	(54.226)	(74.297)	(93.792)	(112.744)	(131.182)
Swap						
BNP PARIBAS 4131 III	(164.699)	55.591	23.541	136	(18.409)	(33.820)
BNP 4131 III SWAP - Ponta Ativa	164.351	(55.474)	(23.491)	(135)	18.370	33.748
BNP 4131 III SWAP - Ponta Passiva	(193.267)	(7.156)	(10.298)	(13.350)	(16.317)	(19.204)
HSBC 4131	(501.047)	324.232	128.746	(14.015)	(127.129)	(221.125)
HSBC 4131 SWAP - Ponta Ativa	438.410	(283.698)	(112.651)	12.263	111.236	193.481
HSBC 4131 SWAP - Ponta Passiva	(444.667)	(35.788)	(50.242)	(64.282)	(77.932)	(91.213)
Credit Agricole 4131 - Ampla	(366.417)	224.021	80.612	(24.117)	(107.099)	(176.054)
Credit Agricole 4131 SWAP - Ponta Ativa	361.235	(220.853)	(79.472)	23.776	105.584	173.564
Credit Agricole 4131 SWAP - Ponta Ativa	(363.948)	(29.291)	(41.122)	(52.613)	(63.785)	(74.656)
Total	(5.246.665)	(231.035)	(370.315)	(499.201)	(621.025)	(737.373)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas.

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	30.06.2026
Fornecedores (Itaipu)	16.400	84.894
Passivo líquido exposto	16.400	84.894

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora as flutuações nas taxas de câmbio, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de câmbio. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de câmbio e as ações corretivas necessárias.

(b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCS D de energia existente e de energia nova.

27. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2028	2029	2030	2031	Após 2031
Compra de energia	6.560.702	2.491.732	2.499.572	2.179.280	35.725.676

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no semestre findo em 30 de junho de 2026, que foram homologados pela ANEEL.

28. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/25	31/10/26	11.911.781	6.215.598
Responsabilidade civil geral	31/10/25	31/10/26	N/A	269.258
Responsabilidade civil administradores	31/10/25	31/10/26	N/A	79.710
Riscos ambientais	31/10/25	31/10/26	N/A	108.565

Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



29. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

29.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	(290.095)	(197.014)
Total	(290.095)	(197.014)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025
Apresentados nas atividades operacionais	(481.358)	(19.679)
Total	(481.358)	(19.679)

29.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa	Nota	01.01.2026 a 30.06.2026	01.01.2025 a 30.06.2025
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	15	3.830.196	468.516
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	15	(2.849.341)	(636.505)
Pagamento de arrendamento (principal)		(35.515)	(29.457)
Custo de debêntures e notas comerciais (custos de transação e prêmios)		(20.115)	-
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)		-	54.401
Total		925.225	(143.045)

30. Eventos subsequentes

30.1 Captação empréstimos Banco MUFG

Em 08 de julho de 2026 a Companhia contratou uma operação com o Banco MUFG com garantia da Enel Brasil. O desembolso da operação ocorreu em 15 de julho de 2026, no montante de R\$ 100.000. A operação possui remuneração atrelada à taxa de CDI + 0,90% a.a., com vencimento em 15 de julho de 2027.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a. objeto da projeção

Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em setembro do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes da área de atuação da Companhia. As medidas, que começaram a ser implementadas de ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 6,1 bilhões no período de 2025 a 2027 em toda a área de concessão, representando um crescimento de 74% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 3,5 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação, neste período, de 2.045 novos colaboradores para atuar, principalmente, na operação em campo até 2027.

Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente pela Enel Rio, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

No período de 2025 a 2027, será dada a sequência na previsão de realização de 1,3 milhão de podas, inspeções em mais de 120 mil km de redes de baixa e médias tensão. Além disso, estão em curso a modernização, construção e ampliação de subestações que trarão benefícios aos consumidores. A Companhia também irá construir mais de 89 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos. Além da alta tensão, até 2027, cerca de 210 km de média e baixa tensão serão substituídos, sendo instaladas em parte deles as chamadas redes compactas, mais resistentes. De material, mais de 700 equipamentos de tele controles serão instalados tornando o serviço mais eficiente.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Início em 2025 até o final de 2027 com validade até a materialização do total de investimentos, substituição ou atualização por nova projeção.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Premissas baseadas no plano estratégico da Holding e controladora indireta (Enel SpA e Enel Americas respectivamente), que incluem os investimentos por região previstos para o triênio 2025-2027.

Do ponto de vista da Companhia, tais premissas podem ser influenciadas principalmente pelo desenvolvimento da operação, incluindo a supervisão e execução dos contratos de serviços.

Dentre as variáveis que escapam do controle da Administração, destacam-se: (i) fatores macroeconômicos, tais como câmbio, taxa de juros e inflação; (ii) eventuais mudanças regulatórias locais; (iii) condições de mercado, incluindo preço de insumos, serviços e matérias-primas, prestadores de serviços, fornecedores e demais riscos do item 4.1 do Formulário de Referência.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 6,1 bilhões no período de 2025 a 2027, em toda a área de concessão, para uma melhoria contínua do fornecimento de energia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

e. Acompanhamento das projeções

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Manutenção	198.784	129.996	52,9%	396.495	252.769	56,9%
Crescimento	107.502	95.324	12,8%	212.423	177.726	19,5%
Novas Conexões	133.350	115.116	15,8%	270.177	211.519	27,7%
Financiado pela Companhia	439.635	340.436	29,1%	879.094	642.013	36,9%
Financiado pelo Cliente	-	249	-100,0%	-	12.764	-100,0%
Total	439.635	340.685	29,0%	879.094	654.777	34,3%

A Companhia investiu no 2T26 o total de R\$ 439,6 milhões, montante 29,0% superior ao valor registrado no 2T25 (R\$ 340,7 milhões).

Do total investido no trimestre, destacam-se: (i) R\$ 198,8 milhões investidos para atividades de manutenção, sendo R\$ 101,3 milhões para as atividades relacionadas a manutenção corretiva e (ii) na parte de crescimento foram investidos R\$ 107,5 milhões, com destaque para atividades voltadas ao programa de Confiabilidade no desenvolvimento (R\$ 46,9 milhões), além do programa de Qualidade para melhoria dos serviços (R\$ 30,9 milhões), Telecontrole (R\$ 5,8 milhões) e ao programa de redução de perdas, programa de investimento específico destinado a reduzir as perdas de rede (não técnicas) justificadas por avaliações técnicas por meio de inspeções de fraude (R\$ 14,8 milhões).

No acumulado do ano, a Companhia investiu no 6M26 o total de R\$ 879,1 milhões, montante 34,3% superior ao valor registrado no mesmo período do ano anterior. Do total investido no semestre, destacam-se: (i) as atividades de manutenção com um total de R\$ 396,5 milhões, e (ii) as atividades de novas conexões, onde foram alocados R\$ 270,2 milhões.

A Companhia investiu R\$ 2,7 bilhões ao longo do ano em 2025 e 6M26, representando aproximadamente 44% do total previsto para o período da projeção.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Ampla Energia e Serviços S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 28 de julho de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Tiago de Sá Barreto Bezerra Contador
CRC 1 CE 024436

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2026.

Francesco Moliterni
Diretor-Presidente

Michelle Rodrigues Nogueira
Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Francesco Moliterni
Diretor de Relações Institucionais

Francesco Moliterni
Diretor de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

José Luis Salas Rincon
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretor de Compras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2026.

Francesco Moliterni
Diretor-Presidente

Michelle Rodrigues Nogueira
Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Francesco Moliterni
Diretor de Relações Institucionais

Francesco Moliterni
Diretor de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

José Luis Salas Rincon
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretor de Compras